

GILMARA SARAIVA SAMPAIO

**REDE DE CONHECIMENTO: INTEGRAÇÃO E  
COOPERAÇÃO NO ÂMBITO DO COINTA**

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO LOCAL  
MESTRADO ACADÊMICO  
CAMPO GRANDE – MS  
2003**

GILMARA SARAIVA SAMPAIO

**REDE DE CONHECIMENTO: INTEGRAÇÃO E  
COOPERAÇÃO NO ÂMBITO DO COINTA**

Dissertação apresentada como exigência parcial para obtenção do Título de Mestre em Desenvolvimento Local à Banca Examinadora, sob orientação do Prof. Dr. Sérgio Ricardo Oliveira Martins.

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO LOCAL  
MESTRADO ACADÊMICO  
CAMPO GRANDE – MS  
2003**

## **BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Sergio Ricardo Oliveira Martins  
(Orientador)

---

Profa. Dr<sup>a</sup>. Claudia Maria Lima

---

Profa. Dr<sup>a</sup>. Regina Sueiro de Figueiredo

Aos meus pais, pelo apoio, incentivo e auxilio durante todos os anos de minha vida e principalmente durante a realização desse trabalho.

Aos meus irmãos, Jamilton e Giane, pelo carinho dedicado ao meu filho durante minha ausência e pelo incentivo prestado.

Ao meu cunhado Eder Gilson, pela colaboração prestada durante esta caminha.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus, que me permitiu alcançar mais esse objetivo, dando-me paz, saúde, perseverança e principalmente a luz da sabedoria.

Agradeço ao Coordenador do COINTA Francisco de Paula Júnior, ao Assessor André Rachid e demais funcionários, pelo carinho, respeito, colaboração e confiança na realização deste trabalho e ao Consultor do Sebrae José Tadeu, pela atenção e colaboração no acesso às informações e documentos sobre DLIS na região Norte do Estado.

Agradeço também a meus pais e amigos que estiveram ao meu lado, me apoiando de alguma forma, em especial a Márcia e Andréia, pelo companheirismo, carinho e ensinamento da palavra de Deus durante minha conquista.

Agradeço ao meu gerente e líder de Equipe de Trabalho do setor de Desenvolvimento de Sistemas da Itel Infomática, Odair Ribeiro Mendonça Júnior e Wagner Ignácio Pinto Júnior, pela compreensão, confiança e por ter permitido as minhas ausências em meu trabalho para o conclusão deste trabalho.

Agradeço a Profa. Dra. Cleonice Alexandre Lê Bourlegat e a Profa. Dra. Maria Augusta de Castilho, respectivamente Coordenadora e Vice-coordenadora do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Local, pelas orientações e força para não desanimar e tampouco desistir na caminhada para a realização desse trabalho.

Agradeço em especial ao meu orientador, professor Doutor Sérgio Ricardo Oliveira Martins, pela preciosa orientação no decorrer deste trabalho, que não mediou esforços nem sacrifícios no sentido de mostrar-me o caminho para a conclusão dos meus objetivos.

## **RESUMO**

A pesquisa apresentada tem por finalidade sugerir a construção de uma rede de conhecimento, disponibilizando um *site*, por meio da *Internet*, possibilitando o acesso as informações das ações desenvolvidas pelo COINTA – Consórcio Intermunicipal da Bacia do Rio Taquari, objetivando a integração e cooperação entre os municípios participantes facilitando a formação do capital social. Esta rede de conhecimento proporciona um ambiente de forma politicamente democrático em que todos os municípios que compõem o consórcio participem ativamente e opinem, imediatamente sobre definições e decisões de forma articulada, auxiliando o desenvolvimento local sustentável. A metodologia utilizada para a realização desta pesquisa foi documental, onde analizou-se as atas, relatórios, memorandos, entre outros documentos elaborados e utilizados pelo COINTA. Durante a coleta de dados percebeu-se que as informações estão muito dispersas, por estarem em papéis e em arquivos não centralizados, com isto, dificultando o acesso as mesmas. Conclui-se que ao disponibilizar a rede de conhecimento entre os municípios, esta contribui com o consórcio, permitindo um ambiente dinâmico e interativo, capaz de promover a confiança, a solidariedade e a cooperação entre seus membros.

**Palavra-chave:** Desenvolvimento Local; Redes de Informação; Tecnologia da Informação- Aspectos econômicos; COINTA-Consórcio Intermunicipal da Bacia do Rio Taquari.

## **ABSTRACT**

To research presented has for purpose suggest the construction of a net of knowledge, disposing a site, by means of the Internet, enabling the access the information of the actions developed by the COINTA – Consórcio Intermunicipal da Bacia do Rio Taquari, planning the integration and cooperation between the towns participants facilitating the formation of the capital stock. This net of knowledge provides an environment of politically democratic form in that all of the towns that compose the consortium participate actively and think, immediately about definitions and decisions of form articulated, helping the sustainable local development. The methodology utilized for the achievement of this researches was documentary, where analyzed itself the minutes, reports, memos, between others elaborate documents and utilized by the COINTA. During the fact-gathering perceived itself that the information are a lot you scatter, by will be in papers and in files done not centralize, with this, complicating the access the same. I concluded that upon disposing the net of knowledge between the towns, this I contributed with the consortium, permitting a capable, interactive and dynamic environment of promote the confidence, the solidarity and the cooperation between his members.

**Word-Keys:** Local Development; Information rets; Technology of the Information-Economicos aspects; COINTA- Intermunicipal trust Bacia do Rio Taquari.

## **GLOSSÁRIO**

COINTA	Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Rio Taquari
COPATI	Consórcio do Rio Tibagi
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1: Principais rebanhos, 2000-2002.....	22
Tabela 2: Município de Alcinópolis - população residente, por sexo e situação de domicílio, no período de 1980 a 2000.....	23
Tabela 3: Município de Alcinópolis - população residente por grupos de idade, população residente de 10 anos ou mais de idade, em 2000.....	24
Tabela 4: Município de Bandeirantes - população residente, por sexo e situação de domicílio, no período de 1980 a 2000.....	25
Tabela 5: Município de Bandeirantes - população residente por grupos de idade, população residente de 10 anos ou mais de Idade, em 2000. ....	25
Tabela 6: Município de Camapuã - população residente, por sexo e situação de domicílio, no período de 1980 a 2000. ....	29
Tabela 7: Município de Camapuã - população residente por grupos de idade, população residente de 10 anos ou mais de idade, em 2000.....	29
Tabela 8: Município de Costa Rica - população residente, por sexo e situação de domicílio, no período de 1980 a 2000. ....	30
Tabela 9: Município de Costa Rica - população residente por grupos de idade, população residente de 10 anos ou mais de idade, em 2000.....	31
Tabela 10: Município de Coxim - população residente, por sexo e situação de domicílio, no período de 1980 a 2000. ....	32
Tabela 11: Município de Coxim - população residente por grupos de idade, população residente de 10 anos ou mais de idade, em 2000.....	32
Tabela 12: Principais Rebanhos – 2000-2004 (cabeças) .....	33
Tabela 13: Município de Pedro Gomes - população residente, por sexo e situação de domicílio, no período de 1980 a 2000.....	36
Tabela 14: Município de Pedro Gomes - população residente por grupos de idade, população residente de 10 anos ou mais de idade, em 2000. ....	36

Tabela 15: Município de Rio Verde - população residente, por sexo e situação de domicílio, no período de 1980 a 2000.....	39
Tabela 16: Município de Rio Verde - população residente por grupos de idade, população residente de 10 anos ou mais de idade, em 2000.....	39
Tabela 17: Município de Sonora - população residente, por sexo e situação de domicílio, no período de 1980 a 2000. ....	41
Tabela 18: Município de Sonora - população residente por grupos de idade, população residente de 10 anos ou mais de idade, em 2000.....	41
Tabela 19: São Gabriel do Oeste - população residente, por sexo e situação de domicílio, no período de 1980 a 2000. ....	44
Tabela 20: São Gabriel do Oeste - população residente por grupos de idade, população residente de 10 anos ou mais de idade, em 2000.....	44
Tabela 21: População alfabetizada por município, 2000 .....	44

## **LISTA DE FOTOS E FIGURAS**

Foto 1: Expedição Eco-Monçoeira, 2003 .....	66
Foto 2: Desfiles das Monções pela Rua dos Jesuítas em Camapuã .....	67
Foto 3: Limpeza do Rio Coxim .....	68
Foto 4: Margem fragilizada pelo desmatamento e a erosão, a consequência é o assoreamento dos cursos d'água. ....	68
Foto 5: Campanha antidrogas – passeata .....	69
Foto 6: Campanha antidrogas – atividades culturais .....	69
Figura 1: Mapa com a localização dos municípios do COINTA .....	19

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
<b>1 CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA BACIA DO RIO TAQUARI.....</b>	<b>16</b>
1.1. HISTÓRICO E CONSTITUIÇÃO .....	16
1.2. MUNICÍPIOS INTEGRANTES DO COINTA .....	22
1.2.1. Município de Alcinópolis .....	22
1.2.2. Município de Bandeirantes .....	24
1.2.3. Município de Camapuã .....	27
1.2.4. Município de Costa Rica .....	29
1.2.5. Município de Coxim.....	31
1.2.6. Município de Pedro Gomes.....	35
1.2.7. Município de Rio Verde de Mato Grosso .....	38
1.2.8. Município de Sonora .....	40
1.2.9. Município de São Gabriel do Oeste.....	42
<b>2 REDE DE CONHECIMENTO, CAPITAL SOCIAL E DESENVOLVIMENTO LOCAL .....</b>	<b>46</b>
2.1 CAPITAL SOCIAL E DESENVOLVIMENTO LOCAL .....	46
2.2 INFORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO LOCAL.....	49
2.3 REDE DE CONHECIMENTO E CAPITAL SOCIAL.....	52
2.4 REDE DE CONHECIMENTO E A ERA DA INFORMAÇÃO .....	55
<b>3 INTEGRAÇÃO E COOPERAÇÃO NO ÂMBITO DO COINTA: REALIDADE E PERSPECTIVAS .....</b>	<b>62</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>72</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>78</b>

## **INTRODUÇÃO**

De início, cabe esclarecer que esta pesquisa decorre de uma experiência trabalhista no Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Rio Taquari - COINTA, com a realização das Audiências Públicas do COINTA, em cada município consorciado, com a intenção de apresentar as suas finalidades, coletar sugestões e subsídios da população para a elaboração dos programas e projetos, além da realização de workshop com a participação dos representantes dos municípios e organismos parceiros, com a finalidade de elaborar o plano de ação do consórcio. Neste sentido, todo o esforço representado por esta investigação se volta para a realidade de integração dos municípios consorciados, buscando contribuir, em alguma medida, para a superação dos inúmeros obstáculos e dificuldades de se alcançar uma atuação dos mesmos de forma mais cooperativa e integrada.

Tal experiência constitui, pois, o verdadeiro convite ao desafio de se entender a concepção de um organismo, cuja finalidade pressupõe a integração e a conjunção de interesses e esforços entre nove municípios ou lugares, entendendo lugar por sua dimensão territorial e humanista. Não obstante, o potencial representado pela idéia conformada pelo COINTA, baseada na conhecida máxima da “união faz a força”, sabe-se que há um longo caminho a ser percorrido. As dificuldades, além de inúmeras, são inéditas e cobram soluções originais, isto é, pensadas ou racionalizadas à luz da realidade do consórcio e, é claro, dos municípios que o integram.

A premissa básica desta pesquisa é a de que a rede de conhecimento, por sua concepção e estrutura organizacional, é capaz de potencializar o capital social, seja por sua essência relacionada ao grau de confiança e cooperação (DURSTON, 1999), seja como redes de solidariedade e confiança (JARA, 1999). Se isto é verdade, então a rede de conhecimento pode representar um instrumento importante, catalisador de todo o esforço empreendido no sentido do intercâmbio e cooperação em vista da gestão territorial da bacia

e da promoção do desenvolvimento local. Resta saber sobre as condições reais (que implica em avaliar a potencialidade humana, os recursos técnicos e a realidade político-institucional) de tornar o COINTA bem mais do que um órgão colegiado representante de uma coletividade, alcançando a condição de ambiente dinâmico e interativo, capaz de promover a confiança, a solidariedade e a cooperação entre seus membros.

Todavia, as avaliações preliminares fazem crer que a rede promove a conectividade e, por meio desta, a interação: constitui-se também em um ambiente dinâmico e compreensivo e não apenas virtual e informativo. Deste modo, pode promover a confiança, o trabalho solidário e cooperativo.

A metodologia utilizada no trabalho teve pesquisa documental o seu principal procedimento. Tratou-se de levantar e analisar documentos (atas, relatórios, memorando, entre outros) elaborados no âmbito do COINTA. Na análise, buscou-se seguir as orientações metodológicas referentes a análise documental, tal como estabelece Bardim (1977, p. 45-46). De acordo com autora, a análise documental, enquanto tratamento de documentos tem por objetivo tornar conveniente e representar de modo preciso à informação contida nos documentos. Neste sentido, a análise documental implica em transformação da informação a fim de obter ganhos quantitativos e qualitativos.

Outro instrumento metodológico foi a análise de conteúdo, que teve o intuito de evidenciar o conteúdo e sua expressão, a fim de identificar os indicadores que permitissem inferir sobre a realidade do COINTA e dos municípios que o constituem. Por outro lado, análise documental e de conteúdo, realizadas nos documentos do COINTA de órgãos municipais, permitem a condensação de informações e sua manipulação na construção do site, que permitirá aos municípios que compõem o COINTA maior rapidez no conhecimento das ações realizadas e consequentemente, maiores participação e integração.

Para a elaboração do trabalho, foi realizada uma pré-análise, com a escolha dos referenciais teóricos acerca do assunto, mediante os quais os documentos mais representativos foram analisados, além do planejamento das entrevistas realizadas com dirigentes do COINTA. As entrevistas foram orientadas com base em um roteiro de questionamentos (Anexo 1). Utilizou a técnica de gravador no registro do depoimento, conferindo tratamento quantitativo nos termos defendidos por Queiroz (1991). As entrevistas realizadas com os dirigentes do COINTA foram transcritas e colocadas em anexo (Anexo 2).

O texto foi estruturado em três capítulos. O primeiro, “O Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Rio Taquari – COINTA”, traz a origem e constituição desta instância sub-regional. Inclui um breve perfil sócio-econômico de cada município, a fim de expor, de modo mais fidedigno, as características de cada localidade.

O segundo capítulo, “Rede de conhecimento, capital social e desenvolvimento local”, realiza o referencial teórico, analisando os conceitos chave da pesquisa, além de estabelecer uma necessária relação com a realidade local investigada.

Finalmente, o terceiro e último capítulo aborda a realidade atual do COINTA, quanto ao seu funcionamento, procurando identificar e analisar as principais dificuldades que entravam a evolução do consórcio no que se refere à integração e cooperação dos municípios que o integram.

# **1 CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA BACIA DO RIO TAQUARI**

## **1.1. HISTÓRICO E CONSTITUIÇÃO**

O Estado de Mato Grosso do Sul possui como um dos seus mais importantes patrimônios, o Pantanal, que compreende neste Estado, uma área de aproximadamente 270.000 km<sup>2</sup> relativa a área de planalto e planície sob a influência do Rio Paraguai.

O ecossistema do Pantanal em Mato Grosso do Sul, tem obtido atenção de toda a comunidade para a sua conservação, em um esforço conjunto sem precedentes. A bacia hidrográfica do Rio Taquari é identificada como uma das mais importantes na formação do Pantanal, responsável diretamente pela formação de 35% de sua área, através do denominado Pantanal do Taquari (Nhecolândia e Paiaguás), o que demonstra o grau de importância e de atenção que esta bacia merece no tratamento dos temas ambientais. A região total da Bacia do Rio Taquari, incluindo planalto e planície se aproxima dos 80.000 km<sup>2</sup> (COINTA, 1997).

Em 1995 foi criado pelo governo do Estado de Mato Grosso do Sul, o Projeto Pantanal, como oportunidade de oferecer instrumentos de promoção do desenvolvimento sustentável da região pantaneira (COINTA, 1997).

A primeira versão do Projeto Pantanal incorporou uma série de falhas e deficiências de abordagem dos aspectos ambientais prioritários na região de influência do Rio Paraguai/Pantanal, entre os quais os relacionados a água, ou a gestão dos recursos hídricos e suas implicações.

Em 1993, inicia no país um movimento no sentido de estabelecer um mecanismo para a gestão ambiental dos recursos hídricos, através da instituição de uma Política Nacional de Recursos Hídricos. No início de 1997, foi sancionada a Lei nº 9.433, que estabeleceu a Política e o Sistema Nacional de Recursos Hídricos, criando um marco para a gestão dos recursos hídricos.

Também no ano de 1997 iniciou um movimento na região norte do Estado em Parceria com Secretaria de Estado do meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMADES, para organização dos municípios e comunidade na Bacia Hidrográfica do Rio Taquari. Este movimento resultou na criação durante a semana do meio ambiente, de forma pioneira e eficiente do Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Rio Taquari – COINTA (COINTA, 1997).

Este mecanismo denominado consórcio, conceituado por Meirelles (1977, p. 484) como “acordos firmados entre entidades estatais, autárquicas e paraestatais, sempre da mesma espécie, para realização de objetivos comuns dos partícipes”, conhecido e implantado em outros estados da federação, é pioneiro do Estado do Mato Grosso do Sul, e detém importante significado para o país, considerando que sua região de abrangência atende o ecossistema do Pantanal em Mato Grosso do Sul.

Esta organização, o Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Rio Taquari - COINTA, uma importante ferramenta gerencial que já nos seus quatro meses de existência demonstrou a sua característica de permanente aperfeiçoamento técnico, e que está imbuída de contribuir com o desenvolvimento do nosso estado, ao contrário de ser mais uma organização criada com a finalidade de imediata e oportunista de captar recursos financeiros para projetos de interesse de poucos (COINTA, 1997).

A bacia do Rio Taquari na sua porção Alta e Média somam aproximadamente 30.000 km<sup>2</sup> que tem influência sob outros 48.500 km<sup>2</sup> (leque aluvial) da região da planície pantaneira, o que totalizam aproximadamente 80.000 km<sup>2</sup>.

O processo natural de transporte de sedimentos através do Rio Taquari tem sido acelerado nas últimas duas décadas, devido a intervenção humana, que desenvolve processos e atividades econômicas insustentáveis, como o desmatamento das matas ciliares que facilitou o carreamento de material sólido para os cursos d’água, promovendo seu

assoreamento e comprometendo a planície pantaneira com o acelerado depósito de materiais (COINTA, 1997). A pecuária desenvolvida na região do planalto é tida como responsável pelo processo de erosão dos solos e transporte de materiais em suspensão para a planície, que associada à agricultura com intensa aplicação de agroquímicos, contribui com a degradação dos recursos hídricos, da manutenção e reprodução da fauna aquática.

A bacia do Rio Taquari apresenta grandes potencialidades para o desenvolvimento sustentável, tanto pela necessidade de alteração das práticas agropecuárias atuais, como pela prática do ecoturismo em curso pelos municípios membros. Estas práticas e iniciativas, tem sido implementadas de modo desordenado e carece de estratégias e programas que visem a sustentabilidade local.

A região da bacia do Rio Taquari carece de estratégias, desenvolvimento institucional e programático para o seu desenvolvimento em bases sustentáveis, esta carência pode ser estendida pela totalidade da unidade biogeográfica da Bacia Taquari (COINTA, 1997).

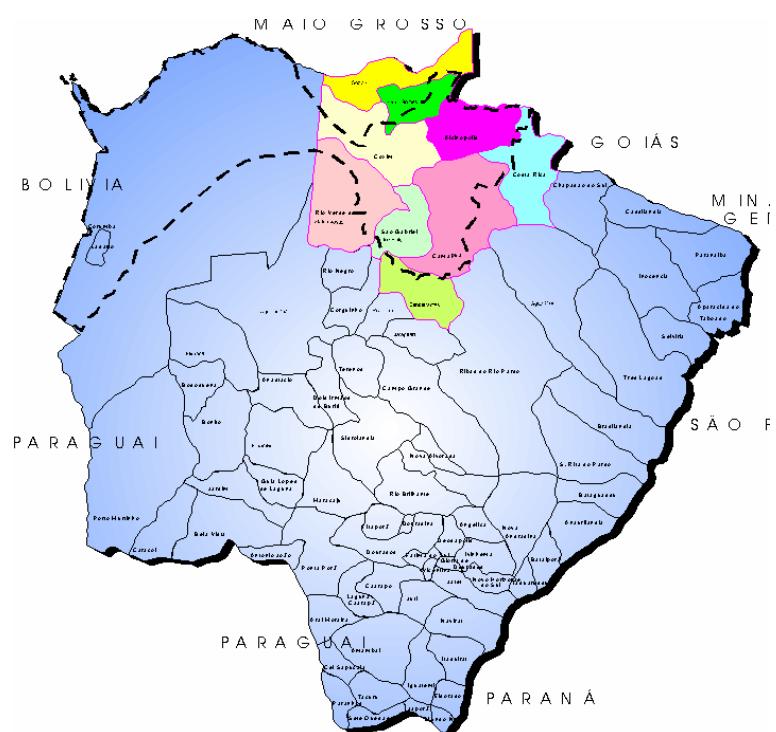
O consórcio é um novo modelo de gerenciamento ambiental na região pantaneira. O COINTA é um esforço comum em que os segmentos políticos nacionais, regionais e as instituições públicas e privadas têm que avalizar as ações, pois é um projeto que envolve toda a sociedade, em um objetivo ou pressuposto, o de garantir a melhoria da qualidade de vida das atuais e futuras gerações destas populações, na região geográfica da Bacia do Rio Taquari Para a fundamentação do COINTA, foi promovido intercâmbio com outros Consórcios, a exemplo do COPATI – Consórcio do rio Tibagi (Estado do Paraná) e do Rio Piracicaba (São Paulo).

Integram até o momento o Consórcio, os seguintes municípios: Alcinópolis, Bandeirantes, Camapuã, Costa Rica, Coxim, Pedro Gomes, Rio Verde, São Gabriel do Oeste e Sonora que totalizam uma área de 47.000 Km<sup>2</sup> (Figura 1). Encontram-se em processo de adesão os Municípios de Corumbá e Ladário em Mato Grosso do Sul e na cabeceira do Taquari, dois municípios do Estado do Mato Grosso, Alto Taquari e Alto Araguaia. A integração e a cooperação no COINTA é realizada por meio de reuniões, onde se discute o desenvolvimento regional, de acordo com as necessidades existentes de cada município, em cada setor. A preocupação atual é como aproveitar todas as pesquisas já realizadas, os projetos concluídos e em andamento, ou seja, o capital social, investindo em

cima dos indivíduos e grupo de pessoas, traçando uma visão de futuro. Por meio dos cursos e treinamentos já realizados e a realizar, investe-se no capital social para o desenvolvimento local sustentável, buscando a participação da comunidade na tomada de decisões, no planejamento, nos diagnósticos e no traçar de planos e programas de ações. Assim, o capital social da região, fortalecido pelo conhecimento adquirido e desenvolvido, vem favorecer o desenvolvimento local, pois o indivíduo utiliza seu potencial e sua capacidade de liderança, aproveitando ao máximo os recursos de sua região, gerando emprego e renda. Os resultados foram a criação de agroindústrias, a capacitação de técnicos, o atendimento a microempresas, implantação de usinas, melhoria das estradas locais e outros.

O COINTA é uma estratégia e ao mesmo tempo uma ferramenta gerencial, capaz de promover a união entre os municípios, Organismo do Governo Federal e Estadual, Empresas Públicas e Privadas e ONG's. Este mecanismo é fundamental para consolidar o esforço de todos os segmentos sociais interessados em conservar a região, buscando estabelecer um desenvolvimento em base sustentável, capaz de atender as necessidades e os anseios da comunidade, utilizando os recursos naturais de forma adequada, social e ecologicamente sustentável (COINTA, 1997).

**Figura 1: Mapa com a localização dos municípios do COINTA**



Fonte COINTA, 1997.

Desde os momentos iniciais, em fevereiro de 1997, da criação do COINTA foi instituído um grupo de trabalho, grupo este composto por técnicos e representantes dos municípios. Este grupo foi fundamental para o estabelecimento das bases de formação do Consórcio, elaboraram do Plano de Ação – Diretriz Básicas para a Consolidação e Fortalecimento do COINTA. Após a efetivação do COINTA, este grupo de trabalho foi transformado em comitê técnico por meio de audiências públicas envolvendo 4.500 participantes de diferentes segmentos sociais dos municípios envolvidos (COINTA, 1997) com regimento interno próprio e encontra-se em constante aperfeiçoamento, contribuindo decisivamente para o planejamento das ações do Consórcio através da Secretaria Executiva (COINTA, 1997)

O COINTA promoveu encontros e reuniões públicas em todos os municípios participantes do consórcio, no sentido de sensibilizar a comunidade e suas lideranças sobre os aspectos regionais e das ações proposta para o desenvolvimento sustentável. A cooperação entre os municípios acontece, basicamente, na tomada de decisões, desenvolvimento de roteiros e projetos em conjunto e ações de interesse do consórcio. Vários programas e ações são desenvolvidos e implementados na área de turismo e cultura, para a conservação e resgate histórico da região, revertido em ganhos econômicos através da divulgação de seus produtos, no sentido mais amplo. Os projetos e ações procuram entrelaçar a questão histórica, cultural, ambiental, educacional e econômica, envolvendo pessoas e capacitando-as, através de cursos e treinamentos especializados.

Os municípios integrantes do COINTA possuem técnicos com formação necessária para atuar nos temas relacionadas a conservação dos recursos naturais que, na maioria das vezes, estão mais interligados às questões relativas ao desenvolvimento econômico e da agropecuária e, seguidamente, estes são convocados a participarem de reuniões para a busca de soluções alternativas nas situações ambientais regionais ou municipais, que resguardem os ganhos econômicos e os aspectos ambientais sustentáveis.

O Consórcio constituí-se, desse modo, uma ferramenta capaz de alavancar e suportar projetos para a execução de ações em nível de cada unidade de produção, pois envolvem todos os segmentos sociais da região e num mecanismo capaz de promover ações integradas entre os municípios membros.

O COINTA se apresenta com uma estrutura técnica administrativa composta de um conselho de prefeitos, uma diretoria por dois anos, uma secretaria executiva assessorada por um comitê técnico com dois técnicos de cada município, um conselho fiscal e um conselho composto pelas entidades da bacia, como instituições de ensino, de pesquisa, de extensão, organizações não-governamentais e associações.

Sempre foi enfatizada nas reuniões do COINTA, que o mesmo é uma ferramenta gerencial em benefício dos municípios e suas comunidades, com capacidade de estabelecer cooperação técnicas e financeiras. Porém, é enunciado que este princípio somente se torna verdadeiro, se houver estabelecimento de estratégia clara e definida, deve-se traduzir em projetos elaborados, e negociados, com ousadia e pertinência, com **Cooperação, Organização, Integração, TolerâNcia, Trabalho e Ação**, como são as siglas de COINTA.

As ações de desenvolvimento local foram implantadas inicialmente em nove municípios que compõem o Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento Sustentável da Bacia Hidrográfica do Rio Taquari – COINTA. Dentre essas ações podem ser citadas a articulação e mobilização da comunidade, a identificação e capacitação de lideranças e empreendedores para o desenvolvimento local, articulação das entidades e lideranças municipais, apoio à criação, expansão e modernização de micro e pequenos empreendimentos individuais e coletivos e o fomento de ações para o desenvolvimento de empresas e geração de empregos (COINTA, 1997).

O trabalho de mobilização começou em agosto de 2002. Através de um convênio assinado pelo Governo do Estado, SEBRAE-MS e COINTA, no dia 18 de junho de 2002, foi iniciado na Região Norte do Estado de Mato Grosso do Sul, o Programa Sebrae de Desenvolvimento Local, cujos pressupostos são: apoiar programas de promoção de desenvolvimento local integrado como vetor de sustentabilidade econômica, buscando despertar e incentivar o empreendedorismo, apoiar e expandir micro e pequenos empreendimentos individuais e coletivos já existentes, indicando novas oportunidades de negócio e criando ambientes favoráveis ao surgimento de novos empreendimentos que gerem empregos ou ocupações produtivas, renda e riqueza para as populações (COINTA, 2002).

## 1.2. MUNICÍPIOS INTEGRANTES DO COINTA

Para permitir a visualização mais clara da diversidade que caracteriza a constituição do COINTA, apresenta-se um prevê perfil socioeconômico de todos os municípios que atualmente o integram.

### 1.2.1. Município de Alcinópolis

O município de Alcinópolis teve o início de seu povoado em 08 de outubro de 1975, e sua emancipação política aconteceu no dia 22 de abril de 1992, pelo, então governador Pedro Pedrossian, ficando o mesmo pertencendo à comarca de Coxim.

A principal atividade econômica do município é a pecuária extensiva, destacando a criação de gado de corte, há ainda em pequena quantidade o semi-confinamento, vindo a seguir a criação de eqüinos, ovinos e aves domésticas, conforme se observa na tabela 1.

**Tabela 1: Principais rebanhos, 2000-2002**

Especificação	2000	2001	2002
Bovinos	266.790	271.350	282.420
Suínos	5.306	5.412	5.466
Eqüinos	3.160	3.216	3.280
Ovinos	3.385	3.451	3.520
Aves <sup>(1)</sup>	26	27	27

(1) (galinhas, galos, frangos(as) e pintos) - em mil cabeças

Fonte: SEPLANCT/MS, 2003.

O município abriga pessoas vindas de toda parte do Brasil, principalmente as migrações provenientes de Goiás, Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Mato Grosso. A diversidade de locais de origem permitem que estas pessoas tragam consigo seus costumes, suas danças e uma culinária diferente, o que torna o município de Alcinópolis uma cidade de diversidade cultural.

Alcinópolis, através dos tempos, mantém acesa a chama das tradições e seu folclore, com danças que quase não existem em outras regiões, pode-se citar, por exemplo: a catira, uma dança caipira passada de geração para geração.

A catira (ou cateretê) no Brasil, é conhecida desde os tempos coloniais, a qual o Padre José de Anchieta, entre os anos de 1563 e 1597, incluiu nas festas de São Gonçalo, de São João e de Nossa Senhora da Conceição, da qual era devoto. A Catira pode ser considerada como autêntica dança brasileira. De nome e origem indígena, é uma espécie de sapateado brasileiro executado com "bate-pé" ao som de palmas e violas. Antes, era uma Dança mais restrita aos homens, mas atualmente é praticado também só por mulheres ou acompanhadas pelos homens. Também conhecido como Cateretê é conhecido e praticado, largamente, no interior do Brasil (BRASIL FOLCLORE, 2003).

A cozinha alcinopolense é rica em variedades, os principais pratos são: arroz com pequi, guariroba com frango, angu de milho, arroz carreteiro, arroz com galinha e churrasco com mandioca. Há grande variedade de doces caseiros e os mais famosos são: doce de laranja, doce de mamão anelado, doce de leite, doce de bolinha de queijo, doce de mamão ralado, doce de abóbora com coco, doce de cajuzinho do campo, doce de limão china, doce de goiaba e geléia de mocotó, produzidos pela comunidade e encontrados no comércio local.

Alcinópolis possui uma área de 4.413,7 km<sup>2</sup> e fica a 380 km da capital Campo Grande. A população rural é de 1.371 habitantes e a população urbana é de 2.308 habitantes (Tabela 2 e 3). O município de Alcinópolis está localizado ao norte do Estado de Mato Grosso do Sul e faz divisa com o Estado de Mato Grosso.

**Tabela 2: Município de Alcinópolis - população residente, por sexo e situação de domicílio, no período de 1980 a 2000.**

Anos	População Total	Homens	Mulheres	Urbana	Rural
1980 <sup>(1)</sup>	-	-	-	-	-
1991 <sup>(1)</sup>	-	-	-	-	-
1996 <sup>(2)</sup>	3.751	2.045	1.706	2.100	1.651
2000 <sup>(1)</sup>	3.679	1.974	1.705	2.308	1.371

(1) Censo Demográfico. (2) Contagem da População.

Fonte: Banco de Dados do Estado – BDE/MS

**Tabela 3: Município de Alcinópolis - população residente por grupos de idade, população residente de 10 anos ou mais de idade, em 2000.**

Grupos de Idade	População Residente
Total	3.679
0 a 4 anos	373
5 a 9 anos	394
10 a 19 anos	760
20 a 29 anos	654
30 a 39 anos	618
40 a 49 anos	389
50 a 59 anos	275
60 anos ou mais	216

Fonte: Banco de Dados do Estado – BDE/MS

Observa-se que o município, de 1996 a 2000, perdeu população, de 3.751 para 3.679 habitantes, queda observada na população rural. O fenômeno não causa estranheza, haja vista que a redução populacional, motivada especialmente pela queda na taxa de fecundidade, constitui forte tendência demográfica na atualidade. Ademais, não é incomum que municípios deste porte e com uma economia baseada na pecuária extensiva tenham perdido população nos últimos anos.

Com 59,3% dos habitantes com até 29 anos, equivalente a 2.181 habitantes, o município de Alcinópolis conta com uma população jovem.

O clima é tropical sub-úmido, com duas estações bem definidas: quente e úmida, com temperatura média de 26°C, regime de chuvas entre setembro a maio e período seco de junho a setembro. As águas do município pertencem à Bacia do Rio Paraguai e sub bacia do Rio Taquari ou bacia Pantaneira.

O município possui 350 terminais de telefones instalados, duas escolas na zona rural e três escolas na zona urbana. Possui 2 postos de saúde públicos.

### **1.2.2. Município de Bandeirantes**

O Município de Bandeirantes está localizado na região norte do estado, a 74 Km da capital, com área de 3.124,60 km<sup>2</sup>, cortado pela rodovia BR 163 que liga Campo Grande a Cuiabá, capital do Mato Grosso. Segundo Seplanct (2003), os primeiros habitantes da região foram os componentes da família de José Rocha Xavier, proprietário da fazenda Cervo, cuja sede localizava-se à margem da estrada que ligava o sul ao norte do

antigo estado, ali surgindo uma hospedaria e um pequeno armazém, cujas datas não foram encontradas na bibliografia pesquisada. Com a permissão da família Rocha, outros moradores se instalaram na fazenda, dando início ao povoado, que passaria a município através da Lei 1947, de 11 de novembro de 1963, ocorrendo sua emancipação dois anos depois (SEPLANCT/MS, 2003).

O clima é tropical sub-úmido, com duas estações bem definidas: quente e úmida, com temperatura média de 26°C, regime de chuvas entre setembro a maio e período seco de junho a setembro. As águas do município pertencem à Bacia do Rio Paraguai e sub bacia do Rio Taquari ou Pantaneira (SEPLANCT/MS, 2003).

Sua população rural é de 1.892 habitantes e urbana de 4.533 habitantes, o que significa uma urbanização de 70,5% alcançadas nas últimas duas décadas (Tabela 4).

**Tabela 4: Município de Bandeirantes - população residente, por sexo e situação de domicílio, no período de 1980 a 2000.**

Anos	População Total	Homens	Mulheres	Urbana	Rural
1980 <sup>(1)</sup>	6.805	3.518	3.287	3.501	3.304
1991 <sup>(1)</sup>	6.169	3.191	2.978	4.088	2.081
1996 <sup>(2)</sup>	6.205	3.294	2.911	4.435	1.770
2000 <sup>(1)</sup>	6.425	3.412	3.013	4.533	1.892

(1) Censo Demográfico.

(2) Contagem da População.

Fonte: Banco de Dados do Estado – BDE/MS

Bandeirantes é um município bem servido no tocante a infra-estrutura educacional, possui sete escolas do ensino fundamental, duas do ensino médio, uma creche de quatro horas de permanência e uma creche de oito horas de permanência. Possui treze carros para transporte de alunos da zona rural, totalizando 471 alunos/dia transportados.

**Tabela 5: Município de Bandeirantes - população residente por grupos de idade, população residente de 10 anos ou mais de Idade, em 2000.**

Grupos de Idade	População Residente
Total	6.425
0 a 4 anos	580
5 a 9 anos	714
10 a 19 anos	1.284
20 a 29 anos	1.055
30 a 39 anos	1.005
40 a 49 anos	700
50 a 59 anos	509
60 anos ou mais	578

Fonte: Banco de Dados do Estado – BDE/MS

A saúde municipal conta com o seguinte aparato: um hospital com quatorze leitos; um centro de saúde; um posto de saúde no Distrito de Congonhas. Os programas de saúde são: PAB - Piso de Atenção Básica à Saúde; PACS - Programa de Agentes Comunitários de Saúde; PSF - Programa Saúde da Família.

A infra-estrutura municipal é composta de: Água (SAAE), 1.971 ligações urbanas, com extensão de 42.970 m. Usina de processamento de lixo (em fase final de implantação); Enersul: 1.276 ligações residenciais; 213 ligações rurais; 190 ligações comerciais. Vias de acesso asfaltadas: 80 Km; Telefonia: 679 terminais residenciais; 121 terminais comerciais; 23 terminais rurais.

A base econômica do município é a pecuária, comércio e agricultura, mas dispõe de grande potencial turístico ainda a ser explorado. A posição geográfica privilegia o município, podendo escoar sua produção tanto para o sul quanto para o norte, além da grande proximidade com o maior mercado consumidor do estado, Campo Grande, sua capital.

O município é banhado pelos rios Pardo e Aquidauana e ribeirões Cervo e Pinhé, além de uma infinidade de córregos, o que possibilita água em abundância em todas as suas regiões.

Nos dias 11 e 12 de abril de 2002, a Câmara Técnica de Regionalização do Turismo da Região Norte reuniu no município, vários empresários, administradores públicos e técnicos para discutir o assunto ~~m~~ seminário de apresentação do Diagnóstico Participativo e do Plano de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável - PDLIS. O primeiro objetivo do seminário foi sensibilizá-los, principalmente os donos de locais que possuam potencial e atrativos turísticos. Demonstrou-se que a cidade tem potencial para receber visitantes e desse modo permitir ganhos em todos os níveis diretos e indiretos.

A preocupação do município, segundo prefeito Ivaldo Gonçalves de Medeiros, em entrevista para periódico Conexão-MS (2003), é a qualidade no atendimento ao turista, tendo como dificuldade a falta de mão-de-obra especializada. A intenção é melhorar urgentemente os serviços na cidade. Bandeirantes tem belezas naturais que a maioria dos moradores desconhece. Entre elas, as cachoeiras da Pontinha e do Mimoso, com 70 e 40 metros de queda d'água, respectivamente. O resultado pretendido é um roteiro turístico integrado.

### **1.2.3. Município de Camapuã**

A Lei Orçamentária nº 845, de 03.11.1921, autorizou o governo do estado a reservar ou desapropriar uma área de 3.600 hectares de terra, para formação do patrimônio de Camapuã, no município de Coxim. Em 1924, a primeira moradia foi construída na área, por João da Motta, o qual também construiu uma igreja. Foi elevada a distrito pelo Decreto 272, de 19.05.1933 e o município criado pela Lei nº 7134, de 30.09.1948. Comemora-se a data de emancipação política dia 30 de setembro.

A extensão do território municipal: 10.758,4 km<sup>2</sup> o que representa 3,01% do Estado. O município de Camapuã se localiza ao norte do Estado de Mato Grosso do Sul. Limita-se ao Norte com Alcinópolis e Coxim; ao Leste com Costa Rica e Água Clara; ao Sul com Ribas do Rio Pardo e Bandeirantes e a Oeste com São Gabriel D’Oeste. O clima é quente e sub-úmido, sendo a estação do verão chuvosa e o inverno seco. No inverno o município recebe as massas de ar frias do Pólo Sul.

Camapuã é banhada pelos Rios da bacia do Rio Paraguai, sendo os mais importantes: Ribeirão Camapuã, Rio Coxim, Jauru e também, pelos rios da bacia do Paraná, destacando-se: o Rio Verde e o Rio Sucuriú. Alguns ribeirões que merecem destaque são: Figueirão, Feio, Quati, Piraputanga, Pontinha, Sertãozinho, Brejão, Barreiro, Bonito, entre outros.

O relevo de Camapuã é de planaltos, destacando-se as bordas da Serra de Maracajú. A sede do Município é acidentada, com muitos morros e depressões. A vegetação típica do município é o Cerrado, destacando-se árvores como: Barbatimão, Angico, Aroeira, Capitão, Itaúba, Quina, Mangabeira, Jatobá, Sucupira, Ariticum, Óleo, entre outras espécies vegetais.

As principais fontes poluidoras e as consequências do mau uso do solo são: erosão, áreas salinizadas, contaminação química e biológica das águas de superfície e subterrâneas e entre outras menos perceptíveis. A ocorrência de erosão com assoreamento de vários rios e córregos, como os rios Camapuã e Coxim, córrego Barroso e Figueirão, a utilização errada de produtos agrícolas, depósito de lixo em locais não adequados, podem ser notados no município.

Atividades já implementadas na conservação de recursos naturais como a construção de curvas de níveis em locais de erosão pelo COINTA na região do Figueirão, permite momentaneamente amenizar o problema.

Há a existência de outros recursos naturais na região e passíveis de utilização econômica e turística e dentre estes principais atrativos, pode-se citar: Serra do Figueirão, Pedra Bonita, Caverna da Fazenda Canaã, Cachoeira Branca, Eco Museu Rota das Monções, Rio Coxim, cavalgada da integração e entre muitos.

As vias de acesso principais para as cidades vizinhas são: Corredor de Translado BR 163 / 060 / 425 – Campo Grande / Camapuã / Chapadão do Sul, cidades vizinhas como: Alcinópolis, Coxim, Costa Rica, Água Clara, Ribas do Rio Pardo, Bandeirantes e São Gabriel D’Oeste. Na educação, do total de escolas 33% são da rede estadual, 40% da rede municipal e 27% da rede particular. Possui ainda um hospital, com trinta e nove leitos.

Camapuã, no que se refere a política de Assistência Social vem se aprimorando, no entanto ainda há muito por caminhar. Forma-se um desafio à nova gestão: construir uma política social que esteja comprometida com seus demandatários. O Fundo de Participação dos Municípios – FPM (Valor Anual R\$): período 01 à 08 de 2002 é de R\$ 2.416.525,87. Possui o quarto rebanho bovino, o segundo produtor de leite, o quarto rebanho eqüino e o nono rebanho de muares. Possui ocorrências minerais como: areia, cascalho, basalto para brita e basalto. Mas, sua principal atividade econômica é a pecuária.

A população rural é de 5.833 habitantes e a urbana, de 10.613 habitantes, isto é cerca de 65% das pessoas vivendo na cidade (Tabela 5). A elevada urbanização é certamente uma característica marcante no espaço atual das cidades, que está associada às recentes transformações econômicas, sociais e culturais observadas tanto no campo como na cidade.

Deve-se ressaltar que a urbanização não se limita à mera transferência de pessoas da área rural para a urbana, mas se associa à mudança de hábitos e muitas vezes de valores e ao estabelecimento de novos laços sociais e a adoção de estratégias de trabalho e obtenção da subsistência (DURHAM, 1984)

**Tabela 6: Município de Camapuã - população residente, por sexo e situação de domicílio, no período de 1980 a 2000.**

Anos	População Total	Homens	Mulheres	Urbana	Rural
1980 <sup>(1)</sup>	22.651	12.095	10.556	9.728	12.923
1991 <sup>(1)</sup>	15.501	8.178	7.323	9.503	5.998
1996 <sup>(2)</sup>	16.485	8.744	7.741	10.070	6.415
2000 <sup>(1)</sup>	16.446	8.636	7.810	10.613	5.833

(1) Censo Demográfico.

(2) Contagem da População.

Fonte: Banco de Dados do Estado – BDE/MS

**Tabela 7: Município de Camapuã - população residente por grupos de idade, população residente de 10 anos ou mais de idade, em 2000.**

Grupos de Idade	População Residente
Total	16.446
0 a 4 anos	1.489
5 a 9 anos	1.754
10 a 19 anos	3.371
20 a 29 anos	2.923
30 a 39 anos	2.555
40 a 49 anos	1.875
50 a 59 anos	1.194
60 anos ou mais	1.285

Fonte: Banco de Dados do Estado – BDE/MS

#### 1.2.4. Município de Costa Rica

Embora a sede do município seja de construção recente, a colonização é antiga. A colonização começa a partir de 1838 com a vinda do major Martin Gabriel de Melo Taques, natural de Itú-SP, casado com Ana Fausta Garibaldina de Melo Taques com quem vai inicialmente morar no Rio Grande do Sul. Em 1835, com advento da guerra dos Farrapos, na condição de paulista, foge para o Uruguai, Argentina, Paraguai, sobe o rio Paraguai até Corumbá e através do Rio Taquari até suas nascentes nas bordas do Chapadão de Baús. Cruza o Chapadão até às margens do Rio Sucuriú, onde efetua posse (hoje capela de Baús), denominada fazenda Santo Antônio dos Dois Córregos. Baús tem papel fundamental como ponto de passagem e abastecimento, tanto para quem se direcionava aos campos da Vacarias e a Coxim, vindos de Goiás e Triângulo Mineiro, como quem viajava pela antiga estrada do Piquirí que ligava Cuiabá à Santana do Paraíba. Baús historicamente vivencia tanto o episódio da guerra do Paraguai, como a passagem da Coluna Prestes.

O povoado de Costa Rica, teve início por volta de 1923 quando José Ferreira da Costa procedente de Nioaque, iniciou a fundação da fazenda Imbirussú. Em 1958, com a construção da ponte sobre o rio Sucuriú, ligando as fazendas Imbirussú e São Luiz, restou uma casa que servia de abrigo para os trabalhadores, nela alojou-se Antônio Nogueira um pequeno comércio. José Ferreira da Costa, proprietário da fazenda Imbirussú, resolveu implantar um povoado, destinando uma área de 236.094 hectares para loteamento a partir do desmembramento da antiga fazenda Imbirussú o qual teve surpreendente aceitação, tendo início algumas edificações a margem direita que culmina com o registro do primeiro loteamento em 24 de fevereiro de 1961. Elevado a distrito de Camapuã em 21.01.1964 pela Lei 2.132 e à categoria de município pela Lei 76, de 12.05.1980, sendo desmembrado do município de Camapuã e Cassilândia, comemora-se no dia 12 de maio sua emancipação política.

Localiza-se a Nordeste de estado de Mato Grosso do Sul, divisa com os estados de Goiás e Mato Grosso, a 339 km da capital Campo Grande, a 800 km de Brasília e 1.000 km de São Paulo. Limita-se ao Norte com estado de Mato Grosso, a Leste com Goiás e o município de Chapadão do Sul, ao Sul com o município de Água Clara e a Oeste com os municípios de Camapuã e Alcinópolis. O clima é tropical úmido com regime de chuvas entre os meses de setembro a maio e período seco de junho a setembro. Constitui em divisor de águas das bacias do Rio Araguaia, bacia Pantaneira (rio Taguari, Jaurú), bacia do Paraná (rio Sucuriú), nascente do Aporé, corrente de Goiás ).

Possui área de 5.740.80 km<sup>2</sup> e 15.488 habitantes, dos quais cerca de 75% residem na área urbana (Tabela 8). Existem no município dez escolas municipais, três estaduais, três particulares e uma faculdade com os cursos de Pedagogia, Normal Superior Séries Iniciais, Normal Superior Educação Infantil, Administração e Letras. Possui um hospital público e cinco unidades de postos de saúde.

**Tabela 8: Município de Costa Rica - população residente, por sexo e situação de domicílio, no período de 1980 a 2000.**

Anos	População Total	Homens	Mulheres	Urbana	Rural
1980 <sup>(1)</sup>	-	-	-	-	-
1991 <sup>(1)</sup>	13.973	7.348	6.625	9.005	4.968
1996 <sup>(2)</sup>	14.551	7.621	6.930	10.138	4.413
2000 <sup>(1)</sup>	15.488	8.083	7.405	11.483	4.005

(1) Censo Demográfico.

(2) Contagem da População.

Fonte: Banco de Dados do Estado – BDE/MS

Com cerca de 60% dos habitantes com até 29 anos, Costa Rica conta com uma das populações mais jovem do estado. A taxa de alfabetização se aproxima de 90% (Tabela 9).

**Tabela 9: Município de Costa Rica - população residente por grupos de idade, população residente de 10 anos ou mais de idade, em 2000.**

Grupos de Idade	População Residente
Total	15.488
0 a 4 anos	1.461
5 a 9 anos	1.623
10 a 19 anos	3.226
20 a 29 anos	2.796
30 a 39 anos	2.449
40 a 49 anos	1.799
50 a 59 anos	1.082
60 anos ou mais	1.052

Fonte: Banco de Dados do Estado – BDE/MS

### 1.2.5. Município de Coxim

Em 1729, Domingos Gomes Belliago, estabeleceu o arraial de Belliago, à margem direita do Rio Taquari, com intuito de ajudar as monções, que iam de São Paulo a Cuiabá, ou que de lá vinham em sentido contrário. Pela resolução 09 de 1862, Herculano Ferreira Vena, governador da província, criou o núcleo Colonial de Taquari, junto ao Arraial de Belliago, a qual teve a denominação de Herculância e atualmente a cidade de Coxim.

Foi elevada a distrito pela Lei Nº 1 de 06.11.1872 e o município criado pela Lei Nº 202, de 11.04.1898. Comemora-se no dia 11 de abril sua emancipação política.

O acesso a Coxim dá-se pela rodovia BR 163 e a distância do município da Capital, é de 257 Km, ocupando uma área de 6.410,4 km<sup>2</sup>, o que representa 1,79% do Estado. Limita-se ao Norte com os municípios de Sonora e Pedro Gomes; a Nordeste com Pedro Gomes; a Leste com Alcinópolis; a Sudeste com Camapuã e São Gabriel do Oeste; ao Sul com Rio Verde de Mato Grosso; a Oeste com Corumbá.

O município de Coxim possui grande potencial turístico, devido as suas belezas naturais, possibilitando a prática do turismo de lazer, principalmente referente à pesca. O

turismo de passagem também deve ser considerado, pelo fato de a rodovia BR 163 cortar a cidade, havendo fluxo intenso de veículos, durante todos os dias do ano.

Com base em dados do Censo Demográfico de 2000, sua população é de 30.866 habitantes (Tabela 10), com uma taxa de crescimento anual de 1,32% e densidade demográfica de 4,81 hab/km<sup>2</sup> (CENSO, 1991/2000).

**Tabela 10: Município de Coxim - população residente, por sexo e situação de domicílio, no período de 1980 a 2000.**

Anos	População Total	Homens	Mulheres	Urbana	Rural
1980 <sup>(1)</sup>	27.627	14.551	13.076	15.618	12.009
1991 <sup>(1)</sup>	33.549	17.525	16.024	23.612	9.937
1996 <sup>(2)</sup>	28.888	14.703	14.185	24.812	4.076
2000 <sup>(1)</sup>	30.866	15.686	15.180	27.419	3.447

(1) Censo Demográfico.

(2) Contagem da População.

Fonte: Banco de Dados do Estado – BDE/MS

Mais uma vez, as características de jovem (60% com até 29 anos) e alfabetizada (86,7%) observa-se na população de Coxim (Tabela 11).

**Tabela 11: Município de Coxim - população residente por grupos de idade, população residente de 10 anos ou mais de idade, em 2000.**

Grupos de Idade	População Residente
Total	30.866
0 a 4 anos	2.870
5 a 9 anos	3.187
10 a 19 anos	6.636
20 a 29 anos	5.603
30 a 39 anos	4.738
40 a 49 anos	3.316
50 a 59 anos	2.046
60 anos ou mais	2.470

Fonte: Banco de Dados do Estado – BDE/MS

As maiores áreas cultivadas em 2000 foram de 7.000 ha de soja, com estimativa de 7.000 ha em 2001, e 650 ha de banana com estimativa de 650 ha em 2001. A produção dessas áreas foi de 18.900 toneladas de soja em 2000 e uma estimativa de 21.000 ton. em 2001, e 780 cachos de banana em 2000 e uma estimativa de 7.800 cachos em 2001.

As principais atividades econômicas do município são: 1) comércio com uma arrecadação de R\$ 2.074.450,80 de ICMS em 2001. 2) pecuária com arrecadação de R\$ 1.185.725,32 de ICMS em 2001. A produção de leite é de 4.264 litros/ano. O município de Coxim obteve uma significativa arrecadação de ICMS em 2001, totalizando R\$ 3.476.371,76.

**Tabela 12: Principais Rebanhos – 2000-2004 (cabeças)**

Especificação	2000	2001	2002	2003	2004
Bovinos	454.754	466.113	477.472	529.510	562.515
Eqüinos	5.970	5.990	6.010	6.429	6.748
Suínos	11.894	12.256	12.330	12.530	12.644
Ovinos	6.850	6.869	6.888	6.907	7.226
Aves(1)	45	45	46	46	47

(1) galinhas, galos, frangos (as) e pintos - em mil cabeças

Fonte: SEPLANCT/MS, 2006.

O município de Coxim possui 60 estabelecimentos industriais nos ramos de: minerais não metálicos; metalúrgica; madeireira; produtos alimentícios, mobiliário, couros, indústria química, produtos alimentícios e outras. A indústria é responsável pela arrecadação de R\$ 108.860,88 de ICMS. Coxim possui também 489 estabelecimentos comerciais, sendo trinta e seis atacadistas e quatrocentos e cinqüenta e três varejistas (CENSO, 2001).

O consumo geral de energia no município é de 34.801 Mwh, possuindo 125.815 metros de extensão de rede de água, e 2.560 m de extensão de rede de esgoto.

O município conta com uma agência de correios, uma agência de correios franqueada, uma agência de correios comunitária, dois mil e quinhentos terminais telefônicos instalados, quatro agências bancárias, dois centros de saúde, dois postos de saúde e um hospital com noventa e três leitos. O turista que vem a Coxim conta com quatorze hotéis e duas pousadas, somando um total de novecentos e dezoito leitos.

Na área de educação existem seis escolas estaduais, sete escolas municipais e quatro escolas particulares, com nove mil e quinhentos e vinte e cinco alunos matriculados, assistidos por um corpo docente de quatrocentos e cinqüenta e sete profissionais (CENSO, 2000). Para o ensino superior o município possui a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS com curso de biologia, Faculdade Integradas de Coxim – FICO com os

cursos de letras e turismo e a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS, com o curso de história e letras.

Coxim é o segundo produtor estadual de laranja, segundo efetivo de coelhos, quinto produtor de ovos de codorna, sexto produtor de abacaxi do estado. Possui ocorrências minerais: cascalho, diamante e argila.

Um projeto de inclusão social está transformando a vida de famílias que vivem da pesca em Coxim. Vinte pessoas, a maioria mulheres, algumas delas pescadoras e piloteiras, da Associação Reciclando Peixe – Arpeixe, trabalham como artesãs no curtimento da pele de peixe. As peles dos peixes de escama, após o curtimento, se transformam em artesanato original nas mãos das artesãs. Artigos como bolsas, acessórios para cabelo, cinto, agendas e peças de vestuário estão sendo confeccionados e vendidos a consumidores e intermediários que as revendem para outros mercados.

A manta de um  $m^2$  de pele de peixe é mais valorizada que a medida equivalente do couro bovino: R\$ 360 contra R\$ 250. Numa manta são utilizadas em torno de 180 peles, que custam R\$ 0,04 a unidade. Para diversificar e agregar valor às peles, os artesãos criaram acessórios de vestuários, entre eles a linha de bolsas com preços que variam de R\$ 40 a R\$ 150, vendidos a consumidores e intermediários, alguns dos quais exportam para a Europa (CONEXÃO-MS, 2003).

O processo de curtimento dura 36 horas de trabalho meticoloso. As instalações onde funciona a Arpeixe, ainda não são ideais. A máquina que acelera o curtimento da pele, o fulão, é um equipamento adaptado. Mas isso não tira o entusiasmo dos artesãos (CONEXÃO-MS, 2003).

Segundo o secretário executivo do COINTA, José Francisco de Paula, em entrevista para Conexão MS (CONEXÃO, 2003), a intenção é incentivar promovendo cursos de capacitação, além da reciclagem do peixe, o ecoturismo, para que os pescadores dependam menos da pesca. A Arpeixe também pretende trabalhar o artesanato com o osso do peixe, além de produzir embutidos com a carne, para fornecê-los na merenda das escolas públicas locais.

Segundo o gestor de Atendimento Local do Sebrae/MS, em entrevista para Conexão-MS (2003), os artesãos estão sendo capacitados para que eles cuidem da gestão da associação e possam competir no mercado de forma eficiente.

A Arpeixe conta com apoio da Associação dos Pescadores de Coxim, Sebrae/MS, Prefeitura de Coxim e Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento Sustentável da Bacia Hidrográfica do Rio Taquari criada há seis meses, a associação se estrutura para entrar no mercado de forma competitiva. A entidade já forneceu matéria-prima para o Consórcio Pantanal Fashion, que exporta para Europa confeccionadas com a pele de peixe.

#### **1.2.6. Município de Pedro Gomes**

Em 1838, apontaram os primeiros imigrantes na região. Entre eles, Antonio Teodoro de Carvalho, que se intitulava Capitão do exército, o qual apossou-se de uma extensa gleba de terras, antes ocupadas pelos índios Caiapós e Coroados. Em 1950, um pequeno povoado de casas residenciais pertencentes aos fazendeiros da região que para aí afluíam, recebeu a denominação de Amarra-Cabelo, pois existia ali um córrego aonde os viajantes paravam para dar um retoque na indumentária. O município foi criado pela Lei Nº 1.942, de 11 de novembro de 1963. No dia 11 de novembro, comemora-se sua emancipação política. As vias de acesso ao município são rodovias BR 163 e MS 215.

A distância do município da Capital, é de 317 Km, ocupando uma área de 3.651,1 km<sup>2</sup>, o que representa 1,02% do Estado. Limita-se ao Norte com o município de Sonora, a Leste com o município de Alto Araguaia – MT, ao Sul e Oeste com o município de Coxim.

O clima é Tropical úmido com regimes de chuvas entre os meses de setembro à maio e período seco de junho a setembro.

Com base em dados do Censo Demográfico de 2000, sua população é de 8.535 habitantes dos quais 60% residem na cidade, com uma taxa de crescimento anual (CENSO, 1991/2000) de 0,29%, e densidade demográfica de 2,34 hab/km<sup>2</sup>. (Tabelas 13e 14).

**Tabela 13: Município de Pedro Gomes - população residente, por sexo e situação de domicílio, no período de 1980 a 2000.**

Anos	População Total	Homens	Mulheres	Urbana	Rural
1980 <sup>(1)</sup>	11.820	6.456	5.364	4.700	7.120
1991 <sup>(1)</sup>	8.319	4.323	3.996	6.026	2.293
1996 <sup>(2)</sup>	8.241	4.298	3.943	6.395	1.846
2000 <sup>(1)</sup>	8.535	4.442	4.093	6.521	2.014

(1) Censo Demográfico.

(2) Contagem da População.

Fonte: Banco de Dados do Estado – BDE/MS

**Tabela 14: Município de Pedro Gomes - população residente por grupos de idade, população residente de 10 anos ou mais de idade, em 2000.**

Grupos de Idade	População Residente
Total	8.535
0 a 4 anos	814
5 a 9 anos	876
10 a 19 anos	1.801
20 a 29 anos	1.460
30 a 39 anos	1.265
40 a 49 anos	887
50 a 59 anos	634
60 anos ou mais	798

Fonte: Banco de Dados do Estado – BDE/MS

Para uma compreensão da cultura pedrogomense é preciso admitir seu caráter plural, resultado de um processo de sucessivas interações e oposições no tempo e no espaço.

As festas populares mais conhecidas de Pedro Gomes são: a Festa de São Sebastião, padroeiro da cidade, acontece no mês de janeiro; Carnaval em fevereiro; Festa do Peão Boiadeiro / Cavalgada da Amizade no mês de maio; Festa do Peão Folgado; Festa do Aniversário da Cidade em 11 de novembro.

As maiores áreas cultivadas em 2000 foram de 4.800 ha de milho, com estimativa de 3.600 ha em 2001, e 2.500 ha de soja com estimativa de 4.155 ha em 2001, a produção dessas áreas foi de 13.500 toneladas de milho em 2000 e uma estimativa de 14.256 toneladas em 2001, e 6.750 toneladas de soja em 2000 e uma estimativa de 11.717 toneladas em 2001.

As principais atividades econômicas do município são, em primeiro, o comércio com uma arrecadação de R\$ 188.434,25 de ICMS, seguido da agricultura, com arrecadação de R\$ 182.014,33 de ICMS em 2001.

A pecuária também é representativa com um rebanho bovino de 266.820 cabeças (CENSO, 2000). A sua produção de leite é de 2.620 litros / ano. Em 2001, a arrecadação de ICMS na atividade pecuária foi no valor de R\$ 177.177,98.

O município de Pedro Gomes possui seis estabelecimentos industriais nos ramos de: minerais não metálicos; metalurgia; madeireira; produtos alimentícios e mobiliários. A indústria é responsável pela arrecadação de R\$ 1.582,65 de ICMS no município, em 2001.

Pedro Gomes possui também 101 estabelecimentos comerciais, sendo cinco atacadistas e noventa e seis varejistas (CENSO, 2001).

O consumo geral de energia no município é de 6.200 kWh. Possui 28.144 metros de extensão de rede de água e 350 m de extensão de rede de esgoto.

O município possui uma agência de correios, seiscentos e oito terminais telefônicos instalados, uma agência bancária, um centro de saúde e um hospital com trinta e três leitos. Conta também com TV – Globo e SBT, segurança com policiamento militar e civil com apoio de duas cadeias públicas.

Na linha de transporte terrestre o município é atendido por duas empresas, Andorinha e Motta, com cinco linhas diárias. Possui cinco táxis registrados legalmente e oito moto-táxis.

Na área de educação existem duas escolas estaduais, cinco escolas municipais e duas escolas particulares, com dois mil e trezentos e trinta e três alunos matriculados, assistidos por um corpo docente de cento e trinta e três profissionais (CENSO, 2000). Pedro Gomes é o quarto produtor de banana do estado, possui ocorrências minerais: areia, diamante e cascalho.

O número de voluntários para o fórum de Pedro Gomes mostra o anseio por mudanças da comunidade. No dia 2 de agosto de 2003, mais de 100 pessoas, de diversos

segmentos, participaram de reunião de instalação do fórum DLIS. Antes mesmo do diagnóstico, os moradores indicaram as áreas e atividades aptas a melhorar as condições de vida no município: agricultura familiar, artesanato em argila e palha, turismo ecológico, rural e de aventura, entre outros.

Para o professor José Magalhães, voluntário do fórum, o desenvolvimento de Pedro Gomes passa pela agricultura familiar, uma vez que há muitas pequenas propriedades, onde se cultiva principalmente milho. (CONEXÃO-MS, 2003, p. 3)

“A comunidade tem muito conhecimento”, diz Emilson Fernandes, consultor que atua no município. Ele falou aos participantes da reunião que muita coisa pode ser feita com pouco dinheiro e o desenvolvimento do capital humano é tão importante quanto o crescimento econômico (CONEXÃO-MS, 2003, p. 3).

### **1.2.7. Município de Rio Verde de Mato Grosso**

Os primeiros habitantes das terras da região foram os índios Caiapós que eram procedentes da Capitania de São Paulo, no Século XVII, e em seguida vieram os Bandeirantes visando à prisão dos mesmos e no alardear da fuga se findaram pelos varadouros do Rio Pardo, Ribeirão Camapuã, passando pelo Rio Coxim e chegando no Rio Taquari em busca das terras dos Bororós. A região atraiu gaúchos e nordestinos por diversos aspectos, inclusive pela posição geográfica e na cidade se instalaram vários comerciantes que ajudaram seu crescimento e desenvolvimento.

Em 16 de dezembro de 1953 foi criado o município de Rio Verde de Mato Grosso (MS), onde foi preparada a Emancipação Político - Administrativa que teve como o primeiro Prefeito nomeado o então Juiz de Paz cidadão Israel Alves Pereira, ficando a frente da administração até a eleição para a posse do próximo prefeito, o Senhor Estácio de Toledo Maciel e como Vice o Senhor Francisco Carlos da Silva. A Prefeitura de Rio Verde de MT desde a sua fundação já está em seu décimo quarto mandato de emancipação.

Rio Verde de Mato Grosso está localizado ao Sul de Mato Grosso e ao Norte do Estado, ocupando dois terços da zona serrana e um terço do baixo pantanal. Situado a 198 km da capital do Estado, com área territorial de 8.177,30 km<sup>2</sup>, sendo 7.976,24 km<sup>2</sup> na zona rural e 201,062 km<sup>2</sup> na zona urbana. Possui população de 18.138 habitantes, sendo 15.416 na área urbana e 2.722 na área rural (Tabelas 15 e 16).

**Tabela 15: Município de Rio Verde - população residente, por sexo e situação de domicílio, no período de 1980 a 2000.**

Anos	População Total	Homens	Mulheres	Urbana	Rural
1980 <sup>(1)</sup>	15.871	8.538	7.333	10.042	5.829
1991 <sup>(1)</sup>	15.075	7.721	7.354	12.311	2.764
1996 <sup>(2)</sup>	17.068	8.738	8.330	14.345	2.723
2000 <sup>(1)</sup>	18.138	9.274	8.864	15.416	2.722

(1) Censo Demográfico.

(2) Contagem da População.

Fonte: Banco de Dados do Estado – BDE/MS

**Tabela 16: Município de Rio Verde - população residente por grupos de idade, população residente de 10 anos ou mais de idade, em 2000.**

Grupos de Idade	População Residente
Total	18.138
0 a 4 anos	1.673
5 a 9 anos	1.868
10 a 19 anos	3.828
20 a 29 anos	3.172
30 a 39 anos	2.687
40 a 49 anos	2.112
50 a 59 anos	1.263
60 anos ou mais	1.535

Fonte: Banco de Dados do Estado – BDE/MS

Clima sub-tropical seco com 330 metros acima do nível do mar, com latitude 18°47'59" e longitude 24°58'58". O solo é coberto por vegetação típica de cerrado: gramínea-lenhosa, arbórea densa e arbórea aberta; com solo 20% argiloso, 30% misto e 50% arenoso. Pertence à bacia hidrográfica do Rio Paraguai e sub-bacia do Rio Taquari, Rio Negro e Complexo Pantanal. Banhado pelo Rio Coxim, Taquari Mirim, Rio Verde, Rio Negro, Rio Novo.

A economia é predominante do setor primário em especial na pecuária de corte, no setor cerâmico, laticínios e derivados de leite, móveis e artefatos, frigoríficos, serralherias e marcenarias e outras atividades do setor informal, além das potencialidades turísticas que são reconhecidas nacionalmente: quedas d'água, 7 Quedas, ACQUA Parque, Cachoeira da Onça, Cachoeira Lago Verde, Cachoeira Duas Bacias, Cachoeira Babaçu, Casa de Pedras, Mirante Fazenda Lindoya, Salda Neblina, Cascata do Biguá, Portal de Roma, Córrego Ipiranga, Cachoeira Várzea Alegre, Ovo Negro, Cidade de Pedras, Mirante

do Pindaivão, Pousada do Guerreiro, Castelo e outras em estudo de viabilidade para a exploração do turismo.

Rio Verde de Mato Grosso é conhecida pelas belas cachoeiras, indústrias cerâmicas e pecuárias de corte e leite. Entretanto, segundo o agente de desenvolvimento local, João Batista Antunes, “ainda não temos firme qual é nossa vocação. O trabalho do DLIS foi importante na definição do que é melhor para nós” (CONEXÃO-MS, 2003, p. 3)

A prefeitura considera o DLIS “uma inversão daquilo que estamos acostumados a fazer”, disse o secretário de administração, Antônio Catanante Filho, integrante do fórum (CONEXÃO-MS, 2003).

#### **1.2.8. Município de Sonora**

A Usina Aquários foi a 1<sup>a</sup> usina de produção de álcool projetada no Brasil para a região de cerrado. Em meados de Julho de 1978, iniciou uma produção experimental, que se efetivou no ano de 1979, contava com 850 funcionários que residiam em barracos de lona.

Quando a usina passou a pertencer ao Grupo Giobbi e pela CIGLA- subsidiária da Fiat Italiana, passou a ser chamada de Cia Agrícola Sonora Estância.

Grande parte da mão-de-obra fixou residência neste núcleo urbano, contribuindo para grande expansão populacional da comunidade. Esta expansão atraída pelo mercado de trabalho local elevou este núcleo à condição de Distrito no ano de 1985.

Foi determinado que se chamaria Distrito de Sonora, devido aos filmes assistidos pelo Comandante Coutinho, em Rondonópolis-MT, onde nos filmes de faroeste os bandidos se refugiavam na Cidade de Sonora no México, fugindo dos Xerifes.

Em 03 de junho de 1.988, pela Lei Nº 828, foi criado o município de Sonora, pelo então governador Marcelo Miranda Soares, ficando o mesmo pertencendo à comarca de Pedro Gomes.

A distância do município da Capital é de 366 km, ocupando uma área de 4.075,7 km<sup>2</sup>, o que representa 1,14% do Estado.

Com base em dados do Censo Demográfico de 2000, sua população é de 9.543 habitantes, com uma taxa de crescimento anual (CENSO, 1991/2000) de 5,53%, e densidade demográfica de 2,34 hab/km<sup>2</sup> (tabela 17).

**Tabela 17: Município de Sonora - população residente, por sexo e situação de domicílio, no período de 1980 a 2000.**

Anos	População Total	Homens	Mulheres	Urbana	Rural
1980 <sup>(1)</sup>	-	-	-	-	-
1991 <sup>(1)</sup>	5.879	3.201	2.678	4.974	905
1996 <sup>(2)</sup>	8.801	4.691	4.110	7.387	1.414
2000 <sup>(1)</sup>	9.543	4.980	4.563	8.074	1.469

(1) Censo Demográfico.

(2) Contagem da População.

Fonte: Banco de Dados do Estado – BDE/MS

Os habitantes com até 29 anos representam 65% da população total, caracterizando sua juventude. (Tabela 18).

**Tabela 18: Município de Sonora - população residente por grupos de idade, população residente de 10 anos ou mais de idade, em 2000.**

Grupos de Idade	População Residente
Total	9.543
0 a 4 anos	1.168
5 a 9 anos	1.127
10 a 19 anos	2.005
20 a 29 anos	1.905
30 a 39 anos	1.573
40 a 49 anos	923
50 a 59 anos	486
60 anos ou mais	356

Fonte: Banco de Dados do Estado – BDE/MS

As maiores áreas cultivadas em 2000 foram de 901.090 ha de cana-de-açúcar, com estimativa de 1.010.520 ha em 2001, e 52.000 ha de soja com estimativa de 50.000 ha em 2001, a produção dessas áreas foi de 12.550 toneladas de cana-de-açúcar em 2000 e uma estimativa de 12.600 toneladas em 2001, e 149.760 toneladas de soja em 2000 e uma estimativa de 160.000 toneladas em 2001.

As principais atividades econômicas do município são: 1) agricultura com uma arrecadação de R\$ 633.515,73 de ICMS em 2001; 2) comércio com arrecadação de R\$ 399.517,83 de ICMS em 2001.

O município de Sonora obteve uma significativa arrecadação de ICMS em 2001, totalizando R\$1.891.530.80.

O município possui 15 estabelecimentos industriais nos ramos de: minerais não metálicos; metalurgia; produtos alimentícios, mobiliário, editorial e gráfico, indústria química, e outras. A indústria é responsável pela arrecadação de R\$ 17.201,00 de ICMS para município.

Sonora possui também 164 estabelecimentos comerciais, sendo 10 atacadistas e 154 varejistas (CENSO, 2001). O consumo geral de energia no município é de 10.934 Mwh, possui 32.843 metros de extensão de rede de água.

O município conta com uma agência de correios, quinhentos e doze terminais telefônicos instalados, uma agência bancária, um centro de saúde e um hospital com trinta e seis leitos.

Na área de educação existem uma escola estadual, quatro escolas municipais e duas escolas particulares, com 527.342 alunos matriculados, assistidos por um corpo docente de 128 profissionais (CENSO, 2000). Sonora é o segundo produtor de cana-de-açúcar, o segundo produtor de abacaxi, o oitavo produtor de soja e o mono produtor de sorgo do estado. Possui ocorrências Minerais: areia e cascalho.

### **1.2.9. Município de São Gabriel do Oeste**

São Gabriel do Oeste tem uma localização geográfica privilegiada, situado na região do Alto Taquari, distante apenas 138 km de Campo Grande, o município ocupa uma das áreas mais férteis do Estado, com grandes safras de soja e imensas pastagens que desenham um tapete verde sobre o imenso chapadão.

Com uma estrutura fundiária que contempla qualquer tipo de investimento, o município comprova isso sendo o maior produtor de soja do Mato Grosso do Sul, segundo

maior produtor de milho, o detentor do maior rebanho suíno, o principal produtor de avestruz, o quarto produtor de ovos de galinha e o sexto produtor de feijão do Estado.

A regularidade das chuvas tem sido fator de garantia para todo o setor primário. Com uma produtividade média de 56 sacas/ha, alcançando índices já superiores a 70 sacas/ha, o produto tem recebido o incremento de novas tecnologias mais evoluídas e resultados cada vez melhores.

Cultivando 110 mil/ha, São Gabriel tem capacidade para armazenar mais de 300 mil em seus armazéns graneleiros e estáticos.

O transporte da produção é assegurado pela principal via de escoamento, a rodovia BR 163, que liga Campo Grande a Cuiabá e ao resto do país.

A suinocultura é a segunda atividade econômica mais importante de São Gabriel. É a verdadeira "Indústria do Lucro". Além de movimentar a indústria, gera empregos e renda, impulsiona o comércio e aumenta a arrecadação municipal.

O rebanho suíno, o maior do Estado, deve dobrar nos próximos anos em função do projeto de duplicação do número de matrizes e do incremento tecnológico permanentemente disponibilizado aos produtores.

A pecuária leiteira também se amplia para se apresentar como alternativa econômica, local especialmente para as pequenas e médias propriedades e para ocupação racional das áreas mais quebradas (relevo mais rebaixado e dissecado).

Os principais rios do município são o Coxim, Aquidauana, Jauru, Novo e Negro.

Possui área de 3.866.10 km<sup>2</sup>. O chapadão de São Gabriel do Oeste está em meio a um relevo rebaixado e dissecado. A vegetação é da Savana Arborizada (Cerradinho), Savana Florestada (Cerradão) e Campo Limpo. O Clima é Tropical chuvoso, sem estação fria, mas com inverno bem definido como estação seca. Os trimestres mais chuvosos são: janeiro, fevereiro e março. Sua bacia hidrográfica é na Bacia do Alto Paraguai, integrando as sub-bacias dos rios Miranda e Taquari.

A população urbana é de 13.631 habitantes e a rural 3.190 habitantes, resultando em uma taxa de urbanização da ordem de 73,6% (Tabela 19).

**Tabela 19: São Gabriel do Oeste - população residente, por sexo e situação de domicílio, no período de 1980 a 2000.**

Anos	População Total	Homens	Mulheres	Urbana	Rural
1980 <sup>(1)</sup>	-	-	-	-	-
1991 <sup>(1)</sup>	12.034	6.334	5.700	8.861	3.173
1996 <sup>(2)</sup>	14.585	7.525	7.060	12.119	2.466
2000 <sup>(1)</sup>	16.821	8.660	8.161	13.631	3.190

(1) Censo Demográfico. (2) Contagem da População. Fonte: Banco de Dados do Estado – BDE/MS

A população é também jovem, haja vista que quase 60% estão com até 29 anos (Tabela 20).

**Tabela 20: São Gabriel do Oeste - população residente por grupos de idade, população residente de 10 anos ou mais de idade, em 2000.**

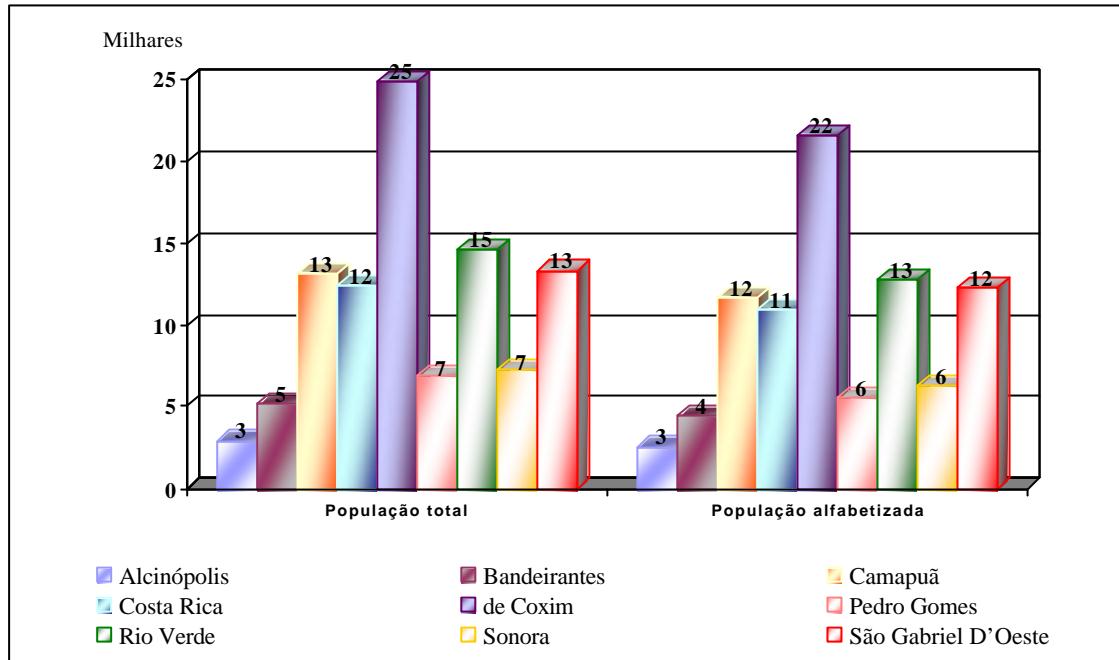
Grupos de Idade	População Residente
Total	16.821
0 a 4 anos	1.620
5 a 9 anos	1.851
10 a 19 anos	3.568
20 a 29 anos	2.962
30 a 39 anos	2.852
40 a 49 anos	2.039
50 a 59 anos	1.086
60 anos ou mais	843

Fonte: Banco de Dados do Estado – BDE/MS

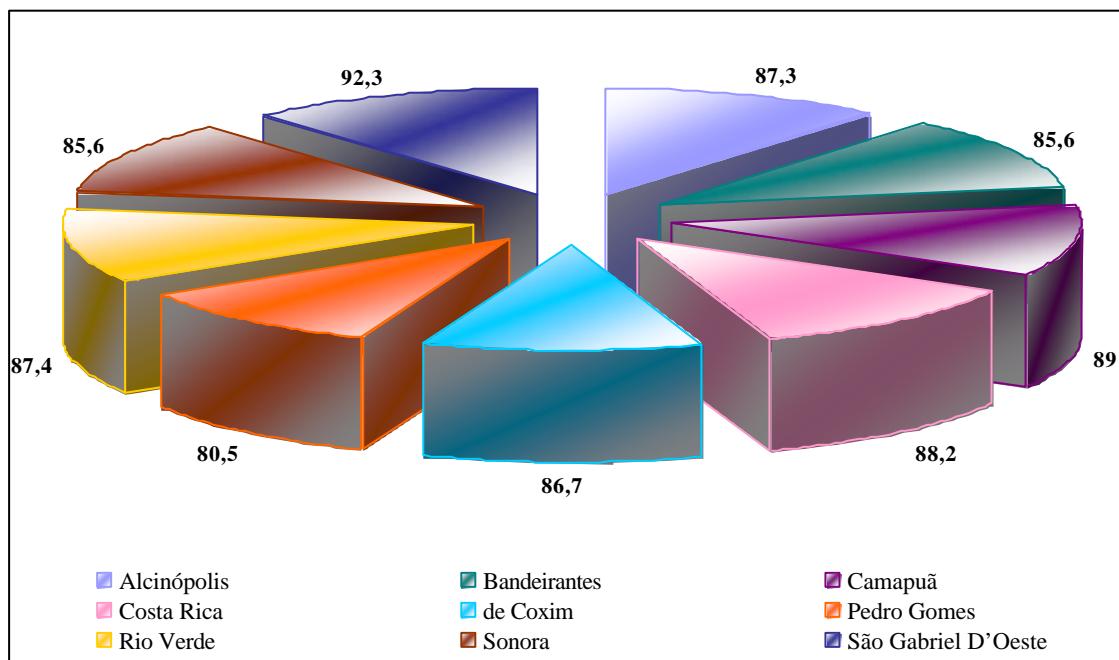
**Tabela 21: População alfabetizada por município, 2000**

Município	População total	População alfabetizada	Taxa de alfabetização
Alcinópolis	2.912	2.543	87,3
Bandeirantes	5.131	4.392	85,6
Camapuã	13.203	11.751	89,0
Costa Rica	12.404	10.939	88,2
de Coxim	24.809	21.501	86,7
Pedro Gomes	6.845	5.512	80,5
Rio Verde	14.597	12.761	87,4
Sonora	7.248	6.203	85,6
São Gabriel D'Oeste	13.350	12.326	92,3

**Gráfico 1: População total e alfabetizada, por município, 2000**



**Gráfico 2: População total e alfabetizada, por município, 2000**



## **2 REDE DE CONHECIMENTO, CAPITAL SOCIAL E DESENVOLVIMENTO LOCAL**

Entende-se que o Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Rio Taquari – COINTA constitui uma iniciativa importante para o desenvolvimento dos municípios que o integram. Ainda que cada localidade tenha suas especificidades e diversidades, a perspectiva de alcançar um desenvolvimento pautado na valorização do ser humano e no uso responsável dos recursos ambientais é comum a todos municípios membros. Neste sentido, o COINTA, por sua concepção e finalidade, revela-se instância fundamental ao enfrentamento dos problemas sociais, econômicos e ambientais, via gestão integrada, cooperativa e, por que não, com base local. O desenvolvimento local requer, entre outras condições, a constituições de fóruns locais e regionais que integram os agentes e discutam os problemas e encontrem as soluções a partir de anseios da população e uso racional e responsável dos recursos locais. O COINTA é, sem dúvida, um fórum sub-regional que busca a ação integrada e compartilhada de seus integrantes de seus integrantes, o que, conforme se preconiza neste trabalho, pode ser mais facilmente alcançada se este órgão se viabilizar como rede de conhecimento e capacitação dos atores locais, promotora do capital social. Antes de prosseguir nesta argumentação, faz necessária a abordagem de alguns conceitos considerados chave desta pesquisa.

### **2.1 CAPITAL SOCIAL E DESENVOLVIMENTO LOCAL**

O capital social pode ser considerado a base de uma das principais estratégias de desenvolvimento econômico nas próximas décadas: a cooperação solidária. Por isso, tanto a idéia de capital social, quanto a de cooperação, nos últimos anos, têm sido destacadas por organismos internacionais, em revistas especializadas e em diversos estudos e políticas de desenvolvimento.

Newton (*apud* KLIKSBERG, 1999) afirma que o capital social pode ser visto como um fenômeno subjetivo, composto de valores e atitudes que influenciam na forma como as pessoas se relacionam. Inclui confiança, normas de reciprocidade, atitudes e valores que ajudam as pessoas a superar relações conflitivas e competitivas, para estabelecer laços de cooperação e ajuda mútua para conclusão de um objetivo comum.

O conhecimento gerado pelo capital social em função do desenvolvimento local, fluiria melhor através do consórcio, enquanto rede, ampliando o ambiente de interação e as oportunidades de cooperação entre os municípios. Vale ressaltar, que não existe uma mídia específica para divulgação das ações do consórcio, que depende hoje da mídia espontânea, devido à dificuldade em se colocar matérias pagas para efeitos de divulgação. Isso tem acontecido de forma espontânea.

De fato, as redes de conhecimento facilitam a construção do capital social. Os intercâmbios baseados em pilares de reciprocidade, solidariedade e confiança aceleram e melhoram o aprendizado de todos os participantes e levam a um grande desejo de conhecimento em sentido dinâmico. As características das redes de conhecimento incluem um compromisso com a prática participativa, uma estrutura de manuseio, normas claramente definidas, objetivos e regras, compromisso dos membros e recursos humanos e financeiros suficientes (MACHADO, s.d.).

Rede de conhecimento é um mecanismo de intercâmbio social que relaciona diferentes organizações e indivíduos, para promover o intercâmbio de informações, compartilhar metodologias e práticas de trabalho, colaborar em iniciativas como capacitação, investigação e desenvolvimento e, para acumular conhecimentos baseados na complementaridade, na reciprocidade e no intercâmbio (MACHADO, s.d.).

Franco (2000) afirma que não se pode confundir rede técnica com rede de conhecimento. A rede de conhecimentos é feita de infinitos planos virtuais, permeada de noções indefiníveis e de múltiplos sentidos. É o processo de virtualização que se utiliza da rede concreta, é o processo de criação. A rede técnica é formada de computadores, que trabalham com algoritmos e funções operacionais. A rede de conhecimentos é permeada pela rede da natureza, a rede humana e a rede dos objetos técnicos e através do qual o mundo se manifesta.

A globalização constitui ao mesmo tempo uma tendência dominante neste fim

de século, e uma dinâmica diferenciada. Um excelente exemplo é dado pela dimensão da especulação financeira. A ampliação dramática da especulação financeira é literalmente carregada pelas novas tecnologias e por redes de fluxos: a integração dos espaços mundiais de comunicação, via satélites e fibras ópticas e a capacidade de tratamento instantâneo de informação em gigantescas quantidades com a informática, levou a uma grande dianteira, na globalização, de um setor cuja matéria prima —a informação— é particularmente fluida, e que dispõe de amplos recursos para financiar os equipamentos mais modernos (DOWBOR, 1994).

Nesse sentido, comprehende-se então que, os pressupostos do desenvolvimento local articulam a economia, o território e a sociedade, introduzem conceitos sociais e físicos como embasamento para o desenvolvimento local; sendo assim, o desenvolvimento é um fenômeno da existência humana, as preocupações com a vida encerram questões da cultura, da política e da economia.

O desenvolvimento local ganha aqui a sua importância: pode-se aceitar a idéia que seja um processo mais perto da vida, das pessoas. É algo que está mais para as pessoas do que para as coisas materiais. O processo do desenvolvimento de uma comunidade, passa questões como valores e comportamentos, frente à natureza e a sociedade, relações sociais na economia, responsabilidade social na política, empenho na qualificação entre outras. A recuperação ou a afirmação dessas dimensões do desenvolvimento é algo que ainda está em construção, seja na prática, nas concepções teóricas ou nos exercícios de solidariedade. No entanto, cada vez mais, a consideração pelas dimensões imateriais talvez constitua o maior desafio ao pensar e agir sobre o desenvolvimento.

Jara (1999) lembra que quando se fala da dimensão social, cultural e política do desenvolvimento local sustentável, tem que se falar de capital social. O social é tudo aquilo que se refere à vida coletiva organizada, aos grupos que compõem uma determinada sociedade e a malha de relacionamentos que se estabelecem entre eles.

Durston (1999) afirma que o termo capital social faz referência às normas, instituições e organizações que promovem a confiança e a cooperação entre as pessoas, nas comunidades e no conjunto da sociedade. Os processos de mudança social e desenvolvimento humano geram sustentabilidade e enriquecem o tecido social, subsidiam forças coletivas e ajudam os indivíduos a se organizar para o desenvolvimento sustentável,

através da participação na tomada de decisões.

Jara (1999) lembra que capital social também diz respeito à capacidade dos atores institucionais para trabalharem e atuarem articuladamente, em sinergia e parceria, construindo um espaço a partir de um objetivo comum, permitindo as relações de cooperação, responsabilidade e transparência. Afirma ainda, o autor, que é necessário que se invista em capital social para fomentar o desenvolvimento sustentável, construindo um ambiente local, adotando políticas e oportunidades que permitam aos grupos menos favorecidos o envolvimento na vida política e econômica, nas decisões locais, o que pode ser feito através da construção de uma rede de conhecimentos, composta pelos projetos, pelas ações desenvolvidas, pelos resultados das pesquisas e estudos realizados e a realizar que tem por finalidade disponibilizar a todos o capital social construído e desenvolvido através de ações, propiciando o crescimento econômico de uma região.

Kliksberg (1999) opina que o capital social, à margem das especulações e das buscas de precisão metodológica, desde já válidas e necessárias, tem um grande peso no processo de desenvolvimento. Segundo o autor, a opinião de Hirschman é importante, no sentido de que este indica que o capital social é a única forma de capital que não diminui com seu uso, pelo contrário, cresce com ele. Kliksberg (1999) ainda afirma que a cultura é a própria identidade em ação e cruza todas as dimensões do capital social de uma sociedade. Para o autor, as relações entre cultura e desenvolvimento acontecem de todas as formas e aparecem quando se valorizam todos estes elementos, claramente operantes, envolvidos na idéia de capital social. A cultura e o capital social podem ser alavancas formidáveis de desenvolvimento, desde que se criem as condições adequadas.

## 2.2 INFORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO LOCAL

A sociedade da informação, segundo Marietto (2001), considera não somente o espaço fisicamente delimitado, vivenciado pela comunidade, mas principalmente, o ambiente em que se relacionam como campo de força. O espaço usual ou ciberespaço é uma extensão da sociedade, cujos instrumentos são o telefone, o telégrafo, o fax, as redes de computadores, dentre outros equipamentos para permitir o fluxo de informações. Considerando a Internet como a infra-estrutura básica da sociedade da informação, as ligações no ciberespaço tendem a ser, em sua maioria, através da rede mundial. O conceito de distância no ciberespaço baseia-se no número de servidores entre pontos que desejam se

comunicar. O tempo depende da velocidade de conexão.

A informação foi sempre o insumo básico do desenvolvimento. Os diversos meios de comunicação se potencializaram mutuamente, através de novas tecnologias e novas redes. Os benefícios sociais traduzem-se na forma da ampliação das oportunidades de educação, da formação profissional, da diminuição do desemprego, das novas oportunidades de mercado, do desenvolvimento dos setores produtivos. A sociedade da informação é uma realidade, no qual a interdisciplinaridade é um fator determinante. (BORGES, 2000)

Para Borges (2000), as sociedades não perdem a sua base histórica. O desejo da Sociedade da Informação e do Conhecimento não faz uma sociedade nova: é antes a renovação de um ideal antigo, a proclamação de uma liberdade desejada, a fome de modernidade e de justiça, como se, de repente, as possibilidades técnicas tornassem insuportáveis os entraves burocráticos, a sufocação autoritária, a privação de informação e de saber. (BORGES, 2000)

Assim, ao se falar de desenvolvimento local, está-se falando de também de práticas reflexivas, mediante as quais as pessoas revisem sua postura, suas atitudes e compreensão em relação à sociedade e ao ambiente. Mais do que acesso à informação, isto requer conhecimento, ou seja, a ampliação da capacidade de discernimento e entendimento da realidade social, econômica e espacial; requer maior nível de engajamento nos debates e nas decisões no âmbito da comunidade. Sobre isto, afirma Martins (2002, p. 52) “O verdadeiro diferencial do desenvolvimento local não se encontra em seus objetivos (bem-estar, qualidade de vida, endogenia, sinergia e outros), mas na postura que atribui e assegura à comunidade o papel de agente de seu próprio crescimento e não apenas de beneficiária do desenvolvimento”.

Para compreender melhor sobre desenvolvimento local, é conveniente introduzir uma reflexão sobre o próprio sentido do termo local, pois o mesmo implica, inicialmente, a noção de espaço geográfico e encerra a idéia de limite, de proximidade física. Em se tratando de proximidade de pessoas, a noção geográfica passa a ter sentido sociológico. O espaço geográfico passa a ser um local de encontro, de aproximação, de identidade cultural, em termos de valores e comportamentos. (FRANTS, 2003).

Guajardo (1988, p. 84) conceitua local como;

Um território de identidade e solidariedade, um cenário de reconhecimento cultural e de intersubjetividade e também um lugar de representação e práticas cotidianas (...). Necessidade de construir toda dinâmica de desenvolvimento a partir de uma identidade cultura fundamentada sobre um território de identificação e de solidariedade concretas.

No entanto, é comum ao entendimento o termo “local” vir associado, não só a pequenos espaços geográficos, mas, também, a um determinado ambiente cultural, a um lugar de vida, de economia menos complexa, mas, não necessariamente, menos desafiadora ou problemática.

Nesse sentido, comprehende então que, o desenvolvimento local articula economia, território e sociedade, introduz conceitos sociais e físicos como embasamento para o desenvolvimento local baseado na endogenia e nas diversidades, sendo assim, o desenvolvimento é um fenômeno da existência humana, as preocupações com a vida encerram questões da cultura, da política e da economia (ZAPATA, 2003).

A participação da sociedade favorece o controle sobre o desenvolvimento, onde o espaço local é o “lócus” privilegiado da formação do cidadão. A participação, processo de tomar parte nas decisões e se responsabilizar pelas decisões tomadas, tornam os cidadãos sujeitos do processo de desenvolvimento local, o que eleva o ator à condição de agente de mudança e a comunidade organizada à condição de protagonista pró-ativa do processo de Gestão Social. Busca-se a melhoria da qualidade de vida da população, maior participação nas estruturas de poder, ação política com autonomia e independência, compreensão do meio ambiente como um ativo potencial de desenvolvimento e construção de novos paradigmas éticos que apontem para modelos de desenvolvimento mais sustentáveis, que contribuam para a felicidade e realização humana. (ZAPATA, 2003).

Entende-se que a constituição de uma rede de conhecimento, potencializa o capital social, em grande medida latente, nos municípios que compõem o COINTA, através do exercício da liberdade, responsabilidade e democratização da informação, ajudando a mudar entre seus participantes, os padrões de dominação, competição,

autoritarismo e a cultura dominante. Essa prática ajuda a reeducar, embora seja este um processo lento e gradual, métodos e perspectivas nos participantes.

### 2.3 REDE DE CONHECIMENTO E CAPITAL SOCIAL

As redes de conhecimento constituem agrupamentos de pessoas por meio de associações profissionais, organizações não-governamentais, ONGs e outras organizações da sociedade civil, com vistas na criação de um ambiente ou mercado, onde a produção, a distribuição e o consumo do conhecimento ocorrem pela interação entre pessoas.

Administrar o conhecimento significa facilitar sua produção, transferência e utilização, em suas formas implícita ou explícita. Significa, também, possibilitar a comunicação entre as pessoas.

A cooperação é o primeiro fator do Capital Social para a criação de um ambiente favorável ao desenvolvimento. Para que esse ambiente se forme e permaneça existindo ao longo do tempo é necessária que se instale na coletividade algo como uma cultura de cooperatividade sistêmica ou solidariedade comunitária. (FRANCO, 2001)

Qualquer coletividade humana estável só existe como tal na medida em que as pessoas que a constituem tenham um propósito convergente, compartilhem valores e crenças e, em se tratando de organizações, formem algum consenso em torno de objetivos. Em outras palavras, qualquer organização humana só existe na medida em que as pessoas nela envolvidas tenham um projeto comum, um objetivo comum ou uma identidade comum, se relate de uma determinada maneira estável, exercitando, em algum grau, a complementaridade e a parceria e, enfim, sejam de algum modo, interdependentes. (FRANCO, 2001)

A cooperação, que faz as pessoas permanecerem juntas, inclusive em empresas, além do salário que recebem ou do lucro que auferem, não pode se instalar, se ampliar e se reproduzir se as pessoas se relacionam apenas de maneira vertical, como uma pirâmide, numa cadeia de subordinação, cada uma sempre dependendo de outra para fazer qualquer coisa. Devem-se buscar as relações na horizontal, ou seja, as vezes dividir os ganhos, ao invés de buscar aumentá-los (FRANCO, 2001)

Para que o Capital Social possa ser gerado, acumulado e reproduzido, é necessário que as pessoas se conectem, umas com as outras, segundo um padrão horizontal de organização, que não sejam em tudo sempre subordinadas umas às outras e que sejam interdependentes ao invés de dependentes. (FRANCO, 2001). Fica claro, portanto, que o padrão vertical de organização, subordinação e dependência impedem a geração, a acumulação e a reprodução do Capital Social.

Franco (2001) afirma que a capacidade de estabelecer ligações entre os seus membros dá a medida da conectividade interna da organização social. Se essas relações forem horizontais, temos uma conectividade horizontal que enseja a circulação da informação, dissolvendo os núcleos burocráticos baseados no segredo e favorecendo a desconcentração do saber. Para o autor, a conectividade horizontal, combinada com a interdependência, leva as pessoas a estabelecerem relações de parceria entre si ao invés de ficarem o tempo todo possuído pela preocupação de “quem vai mandar em quem”. Conectividade horizontal e interdependência conduzem à autonomia das pessoas e não à subordinação.

Além disso, para haver cooperação é necessário que as pessoas compartilhem valores e objetivos comuns, ou seja, que tenham um projeto comum. Não se pode criar um clima favorável ao desenvolvimento se as pessoas não participam voluntariamente de ações conjuntas. E isso, elas só farão à medida que compreendam que estão compartilhando um, mesmo, projeto.

Por outro lado, a participação leva à descentralização e ao aparecimento de múltiplos líderes. Em cada atividade conjunta, participada voluntariamente, emergem líderes espontaneamente. Isso cria uma rica diversidade de iniciativas e de pessoas dispostas a assumir responsabilidades parciais com objetivo total, o que contribui, juntamente com a descentralização, para uma desconcentração do poder.

A combinação ou incidência simultânea de projeto comum, conectividade horizontal e interdependência – que, juntas, levam à constituição de comunidade – formam uma rede. Para Franco (2001), a rede é o segundo fator do Capital Social para a criação de um ambiente interno favorável ao desenvolvimento. Para que esse ambiente se forme e permaneça existindo ao longo do tempo é necessário que se instale, uma cultura de rede, ou seja, uma cultura de “network” (ao invés de uma cultura de “mainframe”) e de

“networking” (de trabalhar em rede, em vez de uma cultura de concentrar saber e poder para mandar os outros fazerem as coisas que queremos que façam por nós).

Franco (2001) opina que, do ponto de vista do Capital Social, a criação de um ambiente favorável ao desenvolvimento depende destes fatores: a cooperação e a rede. Estes dois fatores estão intimamente imbricados: redes só se formam com base na cooperação; o exercício da cooperação leva as pessoas a se relacionarem segundo um padrão de rede. Assim como Capital Social é cooperação ampliada socialmente, redes também é Capital Social, porque tanto cooperação quanto redes formam comunidade (que por sua vez, são usinas de Capital Social).

Comunidades se caracterizam por apresentar um padrão de rede: pessoas conectadas horizontalmente com pessoas a partir de normas e valores comuns, por ligações livres (isto é, não impostas por alguém que tem poder e não condicionadas por fatores imunes à vontade do sujeito, como raça e parentesco), e não imediatamente interessadas (isto é, extra-econômicas). Mas, se como diz Franco (2001), comunidades só se formam a partir da cooperação, o COINTA pode congregar uma comunidade sub-regional, mediante o fortalecimento da integração e trabalho cooperativo. Ainda que seja o lugar o palco da co-presença, da vizinhança e do cotidiano próximo (SANTOS, 1996), a instância ocupada pelo COINTA representa a possibilidade de compartilhar o conhecimento e as inovações que existem nas localidades.

Franco (2001) diz que a democracia é o terceiro fator do Capital Social, onde o modo pelo qual as pessoas regulam seus conflitos e se conduzem coletivamente. Neste sentido, a criação de um ambiente favorável ao desenvolvimento depende do modo pelo qual as pessoas decidem o que vão e o que não vão fazer coletivamente. Isso nem sempre é fácil.

Capital Social não pode ser gerado, acumulado e se reproduzido em ambientes autocráticos. Ou melhor, quanto menor for o grau de democratização de uma coletividade, menor será a sua possibilidade de gerar, acumular e reproduzir em escala ampliada o Capital Social. A democracia com a cooperação e a rede, é um fator necessário para criação de um ambiente favorável ao desenvolvimento. É necessário, portanto, que se instale uma cultura democrática ou democratizante na sociedade se quisermos que ela, de fato, se desenvolva. (FRANCO, 2001)

Pode-se dizer a mesma coisa de outra maneira: um ambiente favorável ao desenvolvimento depende da existência de uma cultura de cooperatividade sistêmica, de uma cultura de “networking” na escala humana e social , de uma cultura democratizante ; ou seja: de uma cultura de desenvolvimento na escala humana e social e não apenas de uma cultura de crescimento.

[...] quem investir em Capital Social, estará construindo “condições para o desenvolvimento com uma eficiência e eficácia muito maiores do que quem estiver preocupado apenas em impulsionar o crescimento econômico, promover o aparecimento de empresas ou distribuir renda por meio de programas compensatórios estatais, fórmulas que, sobretudo quando praticadas isoladamente, já anunciaram há muito tempo sua falência (FRANCO, 2001, p. 495).

## 2.4 REDE DE CONHECIMENTO E A ERA DA INFORMAÇÃO

A rede de conhecimento é o processo de virtualização de que se utiliza a rede concreta, é o processo de criação do conhecimento. Segundo Lévy (2001, p. 15), “a palavra virtual vem do latim medieval *virtualis*, derivado por sua vez de *virtus*, força, potência”. Para ele, virtual é o que existe em potência, não em ato. O ciberespaço torna-se mais transparente do que o mercado clássico, porque não conhece as distâncias geográficas, todos os seus pontos estão, em princípio, igualmente próximos uns dos outros, o consumo e a demanda de informações são captados e perseguidos em seus menores detalhes e os serviços de orientação e de visibilização das ofertas se multiplicam. Todo ato registrável cria virtualmente informação de uma economia, riqueza. Assim, o ciberespaço é por excelência, o meio em que os atos podem ser registrados e transformados em dados exploráveis. Por isso, o consumidor de informação, de transação ou de dispositivos de comunicação não cessa de produzir informação virtualmente cheia de valor.

Segundo Pôster (1997), não se tem dúvida de que a Internet envolve as funções sociais existentes e as amplia em novos caminhos. Essas novas funções sociais, no entanto, extrapolam as funções já existentes nas estruturas das organizações tradicionais. Ou seja, as organizações procuram reduzir as múltiplas e revolucionárias possibilidades das redes às funções e limites já existentes. Por exemplo, ao compreender política como a restrição ou expansão dos existentes poderes, executivo, legislativo e judiciário do governo não somos

capazes de alargar a questão para compreender também os novos tipos de organização e participação governamentais que surgem nesses novos ambientes sociais virtuais.

Pôster (1997, p. 4) vem lembrar que:

a Internet é sobretudo um sistema descentralizado de comunicação. Como uma rede de telefones, qualquer um pode iniciar uma chamada, enviar uma mensagem para uma outra pessoa ou para um sistema de difusão, ou seja, para vários receptores. Pode-se fazer tudo isto em tempo real, ou com dados preestabelecidos, ou de ambas as formas. A Internet é também descentralizada em um nível básico de organização em que novas redes podem ser acrescentadas, desde que se organizem de acordo com certos protocolos de comunicação. Nessa rede das redes confluem comunidades culturais que muito pouco têm em comum com o mundo acadêmico, com os organismos de defesa, com as comunidades profissionais e com os grupos culturalmente e etnicamente diferenciados. Soma-se a isso, o substrato tecnológico da eletrônica digital unifica todas as formas simbólicas em um único sistema de códigos, possibilitando a transmissão instantânea e sem duplicação de esforços. Se a estrutura tecnológica da Internet possibilita a reprodução sem custo, a disseminação instantânea da informação e a descentralização radical, quais podem ser seus efeitos sobre a sociedade, a cultura e as instituições políticas.

Concordando com Pôster, considera-se que “a Internet é muito mais que uma ferramenta poderosa. Se eu pesquisar em uma base de dados ou enviar um *e-mail* como substituto de uma carta. Ela pode ser vista como uma ferramenta exclusivamente” (PÔSTER, 1997, p. 5). Mas outros aspectos da Internet —como as listas de discussão, os *chats* ou os *moos*—, possibilitam novos tipos de interação, nos quais se pode colocar a questão do estabelecimento de novas relações de poder entre os participantes. Nestes, a participação igualitária cooperativa e sem restrições de idade, sexo, formação profissional, etnia ou nível econômico, cria um espaço diferenciado em que as tradicionais formas de poder se diluem. Então, segundo Pôster (Ibidem, p. 6), a verdadeira questão na relação entre a Internet e a ação democrática é indagar e refletir sobre que novas espécies de relações, inclusive de poder, ocorrem nesses ambientes virtuais entre as pessoas, ou, em outras palavras, refletir se há uma nova política na Internet.

Segundo Pôster (1997), as comunidades da Internet funcionam como lugares de diferença e resistência à moderna sociedade. Elas servem como esferas públicas, na concepção de Habermas, sem intencionalmente serem uma. São lugares não da presença de força de reivindicações ou de realidade de debates críticos, mas de inscrição de novas assembleias de autoconstituição.

Essa é também a famosa proposta apresentada por um teórico visionário Masuda (1995), em sua “Computopia” uma utopia política baseada nos avanços das tecnologias da informação.

O sistema político criado por Masuda (1995), apresenta as seguintes características, segundo Zabala e López (1995, p. 27).

- 1) um Estado-rede descentralizado política e territorialmente com integração de centros de informação não propriamente políticos;
- 2) um governo participativo (além de democrático e representativo) por sua capacidade de consultar interativamente os cidadãos;
- 3) uma ação política transparente (baseada na legalidade e na legitimidade) por seu acesso direto às fontes de informação pública.

A era da informação resultante da união dos computadores com as tecnologias de comunicação, traz em si uma poderosa força de mudança capaz de transformar a sociedade atual em um outro tipo absolutamente novo de sociedade, a sociedade da informação, cuja concretude necessita da capacitação tecnológica de seus agentes.

Essa sociedade, segundo Masuda (1995), caracteriza-se pela substituição e ampliação do trabalho mental do homem e pela transformação da sociedade humana. Dividida pelo autor em três fases distintas, a sociedade informatizada apresenta um primeiro momento em que o trabalho humano é realizado como auxílio amplo das tecnologias das telecomunicações (fase da automatização), um segundo (fase de criação do conhecimento), no qual se prioriza a ampliação do trabalho mental do homem; e uma terceira fase da inovação do sistema, em que ocorre um conjunto de transformações políticas, sociais e econômicas resultantes dos processos realizados nas fases anteriores.

Este autor considera que essa terceira fase encaminharia a possibilidade de existência de uma *democracia participativa* na qual a todas as decisões políticas envolveriam a participação de todos os cidadãos tecno-capacitados; ao contrário do sistema democrático atual, em que os cidadãos elegem seus representantes e, dessa forma participam da forma distante e indireta do processo político.

Esse tipo de democracia participativa deve, segundo Masuda (1995), obedecer a seis princípios básicos que orientariam o seu funcionamento. O primeiro princípio diz respeito à participação total dos cidadãos nas tomadas de decisões; ou pelo menos no maior número possível delas. Para esse tipo de envolvimento total, não poderia haver nenhum tipo de discriminação social dos cidadãos. As limitações por causa da idade para

participação, por exemplo, seriam reconsideradas e diminuídas substancialmente. A discussão sobre a escolha de temas que interessam ao adolescente como o cigarro, o sexo, ou a educação, não poderia ser decidido sem a sua participação.

Um segundo princípio é o de que o espírito de sinergia e solidariedade mútua deve m permear em todo o sistema. Ou seja, cada pessoa coopera e atua de acordo com seus pontos de vista, na solução de problemas comuns e se dispõe a sacrificar voluntariamente os seus interesses em benefício da comunidade. A forma política atual baseada no individualismo e na disputa egoísta e agressiva, precisa ser alterada radicalmente para outra, solidária baseada no respeito total à liberdade e aos interesses de cada individuo.

O terceiro princípio é o da garantia de que todos devem ter acesso a toda a informação importante. Essa seria a condição fundamental que as *infovias*, as redes em um sentido ampliado, deveriam garantir para a viabilização de uma democracia realmente participativa. Nesse sentido, Masuda (1995), adverte que é necessário que focos sejam informados não apenas os fatos, mas dos efeitos sociais, econômicos e outros que esses fatos possam ter sobre as vidas das pessoas. Neste sentido, é necessário garantir que as pessoas, voluntariamente, também possam oferecer informações de qualidade que sejam relevantes ao processo decisório.

Um quarto princípio apresentado por Masuda (1995) diz respeito à distribuição eqüitativa de benefícios e sacrifícios. O quinto princípio seria o da preocupação de se chegar às soluções através de acordos e de persuasão. O ideal é que todos pudessem participar e concordar com uma mesma decisão. Para isto, é necessário que estejam em vigor focos os princípios apresentados anteriormente, espírito de sinergia, ajuda mútua, publicação de trocas das informações importantes e outros. O sexto princípio diz respeito ao momento posterior à tomada de decisão quando todos os cidadãos se comprometem a ajudar para implementar o que foi decidido.

Os problemas que Masuda (1995) vê para o funcionamento efetivo da sua proposta de *democracia participativa*, a partir da interatividade comunicativa das *redes* e demais tecnologias eletrônicas de comunicação, iniciam-se com a própria questão de como criar informação precisa e imparcial. Nesse sentido, a proliferação de alternativas e veículos comunicacionais, sem o monopólio da informação por um ou outro grupo é fundamental.

A questão apontada por Masuda (1995) é a de como enfrentar um problema que não se pode resolver em respeito a uma minoria. Aqui, o autor explícita que, uma das características da democracia participativa digital é a de não necessitar mais encontrar uma única solução como ocorre atualmente, para um determinado problema. Soluções multifacetadas e complexas, de acordo com as especificidades das situações de grupos específicos, podem ser consideradas e encaminhadas. Uma outra questão é o autoconhecimento e o autocontrole, de maneira a orientar as ações das pessoas para os objetivos comuns.

Sobre esse assunto, Castells (1998) tem estudado nos últimos dez anos os conflitos que ocorrem entre o “*self*” ou a necessidade de se garantir a identidade pessoal ou de grupos na atualidade, e a “*network society*” (a sociedade *das redes* que transforma a vida e as experiências humanas em todo o mundo).

Em um sentido contrário, o modo de pensar capitalista de posse e acumulação de conhecimentos encontra no modo de desenvolvimento tecnológico uma nova lógica, uma maneira diferenciada que não responde mecanicamente às demandas ao modo de produção ou de outras instâncias da sociedade (CASTELLS *apud* STALDER 1998). Os modos de desenvolvimento tecnológico emergem da interação entre o conhecimento científico e as descobertas tecnológicas e a absorção dessas descobertas no processo de produção.

A lógica do ‘modo de desenvolvimento tecnológico’ pode ser definida através de cinco características que, segundo Castells (*apud* STALDER, 1998), formam o paradigma da tecnologia da informação. São elas:

- 1) a informação é a sua própria matéria-prima e o seu produto. As novas tecnologias atuam mais propriamente sobre a informação do que sobre a matéria;
- 2) como a informação é uma parte integrante de toda a atividade humana, essas tecnologias são penetrantes;
- 3) tecnologias de informação promovem a lógica das redes, porque lhes permite lidar com a complexidade e a imprevisibilidade que, em si mesma, é aumentada por essas tecnologias,
- 4) a lógica das redes é baseada na flexibilidade;
- 5) tecnologias específicas convergem para sistemas altamente integrados (STALDER, 1998, p. 2).

De acordo com Castells e referido por Stalder, (1998) o processo desse modo de desenvolvimento é caracterizado por três estágios: automação de tarefas (racionalização

dos processos existentes) experimentação de usos (inovações) e reconfiguração de aplicações (implementação de novos processos criando novas tarefas). Em um movimento dialético, a reflexibilidade das novas tecnologias —o fato de que cada resultado pode se tornar instantaneamente matéria-prima para o próximo ciclo ao desenvolvimento porque ambos são informação—, tem contribuído para a rapidez do processo de inovação. Segundo Castells (*apud* STALDER, 1998), essa condição da esquizofrenia estrutural introduz perturbações generalizadas entre os que circulam nos dois espaços e na sociedade em geral: pessoas perdem seu sentido, ou seja, perde-se valores próprios a cultura e até a própria identidade e procuram corrigir suas identidades de acordo com essas novas formas.

Castells (*apud* STALDER, 1998) define essa identidade como o processo de construção de sentido baseado em um atributo cultural ou em um conjunto de atributos culturais relacionados, com os quais são dadas prioridades sobre os demais sentidos. Esse processo é caracterizado por um movimento em que interagem três diferentes forças: a da legitimização (imposta pelas instituições sociais dominantes); a da resistência (produzida pelos que estão ameaçados de exclusão pelas forças dominantes) e a de projeto (movimento que engloba os anseios de transformação da sociedade ou que garanta a própria sobrevivência em oposição às forças dominantes). Castells (*apud* STALDER, 1998) identifica assim a crise de identidade que se observa nesse momento de transição e coexistência entre o espaço ao fluxo das redes e as identidades pessoais e sociais, historicamente construídas segundo os valores de uma outra realidade social.

O COINTA foi formado por meio da união de várias pessoas, portanto, constitui-se da cooperação que, segundo Franco (2001) é o primeiro fator do Capital Social. Esta cooperação é o elemento facilitador e essencial da construção de uma rede de conhecimentos, conforme Franco (2001) é o segundo fator do capital social, que integrará a comunidade com o COINTA fortalecendo, através da tecnologia da informação, o potencial cultural e intelectual a favor de ações ambientais que venham a beneficiar a comunidade, através de uma prática democrática, que nada mais é do que possibilitar que o próprio povo que a constitui possa tomar decisões e participar com sua opinião, das ações a serem realizadas.

A construção de uma rede de conhecimento entre os municípios que compõem o COINTA, vai possibilitar o desenvolvimento compartilhado entre todos os municípios que o compõem. Os laços já existem, mas devem ser fortalecidos e ampliados, a fim de possibilitar a melhoria da qualidade de vida da comunidade, fortalecer a solidariedade e

aumentar o potencial de crescimento de seus integrantes.

A explicação que se dá ao surgimento do cooperativismo, pode ser justificada pela busca incessante da melhoria das condições de vida das classes menos favorecidas e oprimidas, impostas pela força do capital e pelo liberalismo econômicos, responsáveis pelo desenvolvimento e progresso, gerando grandes riquezas e ao mesmo tempo, tornando uma vasta camada social mal remunerada e indigente.

Na história da humanidade, sempre houveram pessoas que, preocupadas e inconformadas com a sociedade em que viviam, procuraram organizar uma sociedade melhor, ideal, onde reinasse a justiça, a paz, a ordem e a felicidade, eliminando, assim, as diferenças econômicas e implantando o bem estar coletivo, descobrindo a vantagem da ajuda mútua e dando exemplos riquíssimos para todas as civilizações, desde a Antigüidade até a atualidade.

Muitos povos indígenas deram um grande exemplo, através, não só da própria formação e organização tribal como, também, da união a tribos próximas objetivando ou vencer inimigos comuns, ou para o trabalho em conjunto. Os indígenas do México organizavam-se em comunidades chamadas de “ejidos” que hoje se transformaram em cooperativas de produção agrícola. Já os Peruanos organizavam-se em comunidades chamadas “ayllos”, onde plantavam e colhiam com utensílios de propriedade coletiva, repartindo a colheita conforme a necessidade de cada um. Na Babilônia, muito antes de Cristo, já existia um sistema de exploração em comum de terras arrendadas. Na Grécia antiga, havia diversas formas de associações, entre elas as que objetivavam garantir enterro e sepultura decentes aos seus associados<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> PINHO, Diva Benevides. *O pensamento cooperativo e o cooperativismo brasileiro*. Manual do Cooperativismo. Vol. 1. São Paulo: CNPq, 1992. p. 32.

### **3 INTEGRAÇÃO E COOPERAÇÃO NO ÂMBITO DO COINTA: REALIDADE E PERSPECTIVAS**

O COINTA – Consórcio Intermunicipal para Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Rio Taquari, criado em 04 de julho de 1997 com a missão de trazer aos municípios da bacia do Rio Taquari conhecimento, tecnologias e ações, que pudessem contribuir para o “Desenvolvimento Sustentável”. Para isso vem desde então atuando de diversas formas na busca de seu objetivo de promover junto as comunidades que o compõem, Alcinópolis, Bandeirantes, Coxim, Camapuã, Costa Rica, São Gabriel do Oeste, Rio Verde , Pedro Gomes e Sonora, o desenvolvimento através da elaboração de projetos, prestação de serviços, integração de políticas, mobilização de recursos financeiros e humanos, fomento de atividade sócio culturais e de cunho ambientalista com o aproveitamento das potencialidades tanto naturais, como humanas encontradas nas comunidades localizadas em nossa região.

Para tanto, o COINTA vem trabalhando através de parcerias com os mais variados órgãos e instituições, já que não dispõe de recursos próprios suficientes à execução tais como SEBRAE, UEMS, UFMS, Prefeituras Municipais, SANESUL, ENERSUL, COREDES/Região Norte – MS, GEF – Global Environmental Facility, Ministério da Integração Nacional – MIN, ANA- Agência Nacional de Águas, Redes de Sementes do Pantanal, Rede Aguapé de Educação Ambiental, EMBRAPA, Governo do Estado do MS e agora com a *Conservation International* do Brasil.

Segundo o Francisco de Paula Júnior, Coordenador do COINTA, a estrutura administrativa hoje está composta de uma forma bem simples. O órgão máximo de deliberação é composto pelos Prefeitos e Empresas que desejam participar do consórcio e que compõe o Conselho de Municípios. Esse conselho de Municípios que é composto por dois técnicos representantes de cada município elege uma diretoria colegiada composta pelo presidente, por vice-presidente, um secretário, um tesoureiro que vão atuar diretamente dentro do consórcio. Paralelo a isso, tem a Plenária de entidades que são, na

realidade, as instituições existentes na bacia, como as instituições de ensino, de pesquisa, de extensão, organizações não governamentais, associações que possam estar fortalecendo o consórcio no planejamento, na busca de alternativa, na realização de parcerias para desenvolver a região. O conselho fiscal composto pelos representantes das câmaras municipais, atua dentro do consórcio de uma forma conjunta, não só buscando o poder executivo, mas também o poder legislativo.

Para que tudo funcione, segundo o Coordenador, faz-se necessário uma secretaria executiva composta por um coordenador, um vice-coordenador e algumas assessorias técnicas, necessárias para se fazer a parte administrativa, parte financeira e a parte de acessoriamente técnico de acordo com as necessidades e os projetos em andamento. Para fazer todo esse planejamento, busca-se a participação, que seria um comitê técnico de pessoas e de técnicos dos municípios. À medida que se torna necessário, esse comitê vai formando câmara setoriais. Pode-se citar como exemplo, a câmara setorial do turismo, que reúne as pessoas ligadas ao poder público e a comunidade civil interessada em desenvolvimento do turismo regional de cada município.

A partir daí, tem-se um consórcio geral de técnicos e pessoas que irão definir as ações práticas para serem desenvolvidas, na área da fruticultura, de pesca, de recursos hídricos, de meio ambiente, ficando com um grande número de participantes que atuam, pode-se dizer, dentro do consórcio e que, ao mesmo tempo, geram grandes despesas para se movimentar.

Das suas ações no âmbito do desenvolvimento sustentável, pode-se citar o Programa de Desenvolvimento Integrado e Sustentável - DLIS, fruto de uma parceria firmada entre o COINTA, o SEBRAE e as Prefeituras Municipais, que vem de encontro a uma nova tendência administrativa proposta pelo governo federal, através do Programa Comunidade Ativa que busca a desverticalização de ações por meio da formação de Fóruns DLIS, com representantes de todos os segmentos da sociedade civil organizada, além de já ter apoiado e apoiar outros programas de mesma espécie, como o Programa de Emprego e Renda - PRODER e o Conselho Regional de Desenvolvimento Sustentável - COREDES.

Seguindo a mesma linha de ação, o Ministério da Integração Nacional, juntamente com o COINTA, a Secretaria Extraordinária do Desenvolvimento do Centro Oeste, o Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, Universidade para o Desenvolvimento

do Estado e da Região do Pantanal - UNIDERP e o Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura lançaram no mês de setembro de 2003, o Programa de Desenvolvimento Econômico Sustentável do Pólo Dinâmico da Região Norte/Chapadões – MS, com o propósito de alavancar a capacidade produtiva regional.

Também como forma de municipalizar as ações e desburocratizar procedimentos da gestão ambiental, o COINTA, juntamente com o Instituto de Meio Ambiente do Pantanal - IMAP e o Governo do Estado de Mato Grosso do Sul vem trabalhando com os municípios o Programa de Descentralização da Gestão Ambiental nos municípios da bacia do Taquari.

Das suas ações na esfera ambiental pode-se citar, dentre os mais expressivos, a implantação da Usina de Recebimento de Embalagens de Agrotóxicos Tríplice Lavadas de São Gabriel do Oeste, criada para atender a demanda de embalagens utilizadas numa das maiores áreas cultivadas do Mato Grosso do Sul que é a região dos chapadões, combatendo uma das práticas mais agressivas a natureza, que é o descarte dessas embalagens de forma incorreta, na maioria das vezes, contaminando solos, reservatórios subterrâneos de água e propriamente os cursos d'água.

Além disto, a recuperação de pastagens e adequação de estradas vicinais tem sido uma das grandes metas do COINTA para o controle de erosões e voçorocas dentro da bacia, por meio de projetos de recuperação de microbacias críticas com o apoio do Ministério da Agricultura e prefeituras do consórcio.

Através do GEF (*Global Environment Facility*) foi realizado o levantamento dos usuários de recursos hídricos da Bacia do Taquari e continuamente ao Projeto GEF – Alto Paraguai, estão sendo feitos monitoramentos das águas do Rio Taquari e Coxim ainda no campo dos recursos hídricos, a EMBRAPA tem sido uma grande parceira, com bases em São Gabriel do Oeste e Alcinópolis.

Tendo em vista que Meio Ambiente, Cultura e Turismo não podem ser trabalhados de forma paralela dentro do COINTA, foi criada a Câmara Técnica de Regionalização do Turismo, com a missão de assessorar, subsidiar e integrar as ações direcionadas ao turismo dentro dos municípios da bacia, fortalecendo a imagem turística da região num contexto até nacional.

Com a criação da Rede de Sementes do Pantanal, os Estados de Mato Grosso do Sul e Mato Grosso estão buscando fomentar a exploração racional da flora nativa, identificando produtores e comerciantes de sementes e plantas nativas do cerrado e pantanal realizando a capacitação dos mesmos, para a produção de sementes e mudas com certificado de procedência e qualidade. Além disso, a Rede Aguapé de Educação Ambiental vem de encontro a este projeto, trabalhando no diagnóstico e correção de falhas no sistema educacional ambiental em nossa região, para a melhoria de qualidade de ensino e vida das comunidades.

Com o suporte técnico do COINTA, foi implantado no município de Coxim o Sistema Municipal de Unidades de Conservação – SMUC, com a função de disciplinar o uso sustentável dos recursos naturais e promover o alcance de índices qualitativos do ICMS – Ecológico, além da criação dos Conselhos Municipais de Meio Ambiente e Turismo e seus respectivos fundos municipais. Os conselhos, com representatividade de todos os segmentos da sociedade civil organizada têm como função trabalhar as prioridades ao desenvolvimento turístico e de conservação do meio ambiente, através do planejamento e execução de ações direcionadas ao setor. Com um projeto modelo de Coxim, que veio como exemplo de sucesso deste trabalho, o COINTA visa agora estar implantando este sistema nos demais municípios que o compõem, já tendo feito o mesmo em Alcinópolis no primeiro semestre de 2003.

**Foto 1: Expedição Eco-Monçoeira, 2003**



Fonte: COINTA, 1997

Com a parceria do SEBRAE e o apoio do Fundo de Incentivo à Cultura do MS - FIC/MS está trabalhando para poder ser a maior temática da história do Centro-Oeste brasileiro, A ROTA DAS MONÇÕES. Com a realização de seminários em Camapuã e Coxim, desfiles das Monções pela Rua dos Jesuítas em Camapuã com participação das escolas, comunidades e instituições diversas, exposições em Campo Grande e as Expedições Eco-monçoeiras, a temática colonizadora do oeste brasileiro vem sendo mostrada ao público em geral, como forma de despertar o fomento a atividades artístico-culturais como mecanismo gerador e renda para as comunidades envolvidas. Para o segundo semestre de 2003 já vem sendo preparado o primeiro pacote ecotematico monçoeiro do Brasil.

**Foto 2: Desfiles das Monções pela Rua dos Jesuítas em Camapuã**



Fonte: COINTA, 1997.

No ano de 2003 aconteceu a quarta edição da campanha de preservação do Rio Coxim, com organização do Movimento Viva Camapuã – Movicam, e do Fórum de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável do município, na qual foi constatada a redução do lixo nas margens e dentro do rio. Segundo Heron Betero, membro do Fórum de Desenvolvimento do município, “O que estamos retirando no rio é resultado dos anos de trabalho e conscientização da importância da preservação”. Estaríamos muito chateados se encontrássemos a mesma quantidade de lixo que no ano passado. No primeiro ano da campanha em 1999, foi recolhido um caminhão de lixo, no ano posterior a quantidade já era menor e este ano de 2003 a carroceria de uma caminhonete foi suficiente. (Fotos 3 e 4).

**Foto 3: Limpeza do Rio Coxim**



Fonte: COINTA, 1997.

Segundo Heron Betero diz que com o problema da poluição controlada, a campanha quer atingir a erosão causada pelo desmatamento das margens. “Hoje nós vemos cercas de fazendas dentro do rio. Os pastos estão vindo até às margens onde proprietários abrem clareiras para o gado beber água”, afirma. (Foto 5)

**Foto 4: Margem fragilizada pelo desmatamento e a erosão, a consequência é o assoreamento dos cursos d’água.**



Fonte: COINTA, 1997.

Em 19 de outubro de 2003, o município de Sonora, região Norte do Estado, realizou a campanha “Combate e prevenção ao uso de drogas”, com o objetivo de mobilizar a comunidade para a questão e incentivar as atividades culturais entre crianças e

jovens. Ocorreu passeata nas principais avenidas da cidade e contou com grande participação dos adolescentes da escola estadual e da comunidade. A iniciativa surgiu através do Fórum de DLIS (Fotos 6 e 7).

**Foto 5: Campanha antidrogas – passeata**



Fonte: COINTA, 1997.

**Foto 6: Campanha antidrogas – atividades culturais**



Fonte: COINTA, 1997.

Dentro do COINTA foi criada a Câmara técnica para Regionalização do Turismo na Região Norte do MS com o objetivo de fortalecer e organizar o turismo naquela Região como forma de criar alternativas de geração de emprego e renda. O COINTA, juntamente com o SEBRAE assessorou a criação da ARPEIXE – Associação Reciclando o peixe que possibilita as mulheres de pescadores Profissionais da Colônia de Pesca do Município de Coxim, uma forma de se aproveitar totalmente de pescado através

do curtimento e confecção da pele do peixe e o processamento dos seus derivados como carne e ossos. Esse Projeto é tido hoje como expoente do Ideal de Geração de Emprego e Renda de forma sustentável, já tendo até sido reportado pelo Programa Pequenas Empresas Grandes Negócios, da Rede Globo de Televisão.

Mais recentemente, a *Conservation International* do Brasil – CI Brasil, lançou o Projeto Municípios do Corredor Ecológico, que irá georreferenciar unidades de conservação já existentes e áreas em potencial que integram os biomas do cerrado e pantanal com o uso de imagens de satélite e auxílio de GPS's, que irá contar com a participação do COINTA, através da capacitação de seus membros técnicos que atuarão em bases municipais, trabalhando de forma integrada com outras regiões e estados.

O Consórcio vem trabalhando para mudar qualquer política assistencialista dos governos, seja Federal, Estadual ou Municipal. O COINTA acredita que é preciso fazer com que as próprias pessoas sejam agentes de sua própria transformação, “que é o desenvolvimento endógeno” segundo André Luiz Rachid, pois quem sabe dos problemas, das necessidades das potencialidades é a própria comunidade. As próprias pessoas da comunidade devem elaborar os diagnósticos de suas realidades: “ninguém melhor do que elas para saber a realidade na qual elas vivem” (RACHID, 2003).

O COINTA, então, defende que a elaboração dos diagnósticos dos problemas de um município seja feito pelas próprias pessoas que nele vivem. E que, em cima desse diagnóstico, seja elencada uma série de ações que possam ser implantadas de vida das próprias pessoas, sujeitos de seu desenvolvimento, ou seja, o COINTA, tem, como referencial teórico para as ações e projetos propostos a promoção do Desenvolvimento Integrado e Sustentável como resultado da participação de todos os segmentos da sociedade civil organizada e de uma forma de execução descentralizada.

Os pontos fracos e fortes do COINTA na avaliação dos consorciados, consorciados estão apontados no instrumento de coleta (anexo 1 - questionário). Os pontos negativos do COINTA estão relacionados à pouca divulgação de seus objetivos e ações, e com isso, gera um desconhecimento, por parte da comunidade, não só do Consórcio mas também da sua própria capacidade – enquanto comunidade – em se auto-gerir.

Um outro aspecto negativo, apontado nas entrevistas, diz respeito o imediatismo de solução que os municípios consorciados exigem e a falta de resultados

visíveis a curto prazo acaba por desestimular a sua participação, gerando inadimplência no pagamento da taxa mensal de custeio do consórcio.

Já os pontos positivos foram apontados principalmente em relação ao surgimento de uma maior e melhor integração dos municípios participantes, levando-os a iniciar atividades em bloco, que se constituem nas atividades desenvolvidas em conjunto, de modo coletivo, com a integração dos municípios que possuem interesse nas áreas a serem desenvolvidas, com a integração dos municípios na área do turismo, entre outras.

A cooperação e a integração acontece por setor, em forma de blocos, por meio de reuniões onde todos os setores, como por exemplo, o setor do turismo, da agricultura, cultura e muitas outras, participam, discutem, traçam opiniões e dão sugestões de ações a serem realizadas para o desenvolvimento da região. Nessas reuniões discutem-se os focos de interesse e as necessidades de cada região ou de cada setor, de acordo com os segmentos organizados, trazendo expectativas de futuro com a preparação das comunidades por meio dos fóruns, treinamentos, capacitações, articulados com as instituições de apoio, gerando emprego e renda e despertando interesse por parte da sociedade civil, que se une em parcerias com a prefeitura e o consórcio para o desenvolvimento de projetos de extensão.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A humanidade funciona hoje como um espaço cibرنético, que é a instauração de uma rede de todas as memórias informatizadas e de todos os computadores, conservando textos, conhecimentos, imagens e músicas. A comunicação e a informação transformam-se numa esfera informatizada. É uma ferramenta de comunicação diferente da mídia clássica, porque é nesse espaço que todas as mensagens tornam-se interativas, ganham plasticidade e têm uma possibilidade de metamorfose imediata. É importante que a informação esteja sob a forma de rede e não tanto a mensagem, porque esta já existia numa enciclopédia ou dicionário.

O espaço cibرنético está se tornando um lugar essencial em termos culturais e políticos, trazendo implicações importantes no campo da educação, do trabalho, da vida política. O interessante, é que existe a possibilidade de uma inteligência coletiva.

O espaço cibرنético é entendido como o espaço virtual, onde a comunidade conhece a si mesma e conhece seu próprio mundo. Trata-se de um saber vivo e dinâmico, onde as pessoas vão multiplicar as conexões transversais entre si, criando uma verdadeira rede de conhecimento.

As redes de conhecimento constituem agrupamentos de pessoas por meio de associações profissionais, organizações não-governamentais e outras organizações da sociedade civil, com vistas na criação de um ambiente, onde a produção, a distribuição e o consumo do conhecimento ocorrem pela interação entre pessoas. Com o uso da Internet, essas redes são capazes de gerar, propagar e utilizar o conhecimento, fazendo com que as fronteiras físicas entre Estados e países percam importância no processo de comunicação.

A criação de uma rede de conhecimento por meio de uma mídia específica no âmbito do COINTA traria a possibilidade de disponibilizar informações a respeito das ações desenvolvidas e a desenvolver, como uma forma de divulgar e possibilitar a

participação de toda a sociedade no desenvolvimento regional. As informações estariam mais rapidamente sendo veiculadas, possibilitando maior participação, divulgação de idéias, criação de projetos, disponibilizando conhecimentos adquiridos para serem aproveitados em outros setores e regiões, quase que imediatamente, o que aceleraria o desenvolvimento local sustentável e traria a integração e a cooperação simultânea entre os municípios.

A infra-estrutura tecnológica visa facilitar o processo de comunicação entre as pessoas, possibilitando a transferência eficiente de dados, informações e conhecimento entre elas, constituindo assim, a inteligência coletiva, potencializando esse conhecimento, compartilhando-o em redes que se entrelaçam constantemente. Torna-se uma importante ferramenta para se avaliar as potencialidades econômicas e políticas do COINTA, facilitando os relacionamentos, gerando oportunidades.

O consumidor não apenas se torna co-produtor da informação que consome, mas é também produtor cooperativo dos “mundos virtuais”, nos quais evolui. A virtualização não tem nada a ver com um mundo falso, imaginário. Ao contrário, a virtualização é aquilo através do qual se compartilha uma realidade.

Nas últimas décadas, a sociedade vem passando por transformações radicais sem se dar conta de todas as alterações ocorridas, ainda se vê com certo espanto a reorganização das atividades a partir da utilização do computador nas instituições e nas ações rotineiras. Ainda não totalmente familiarizados com os novos códigos eletrônicos, o homem se encontra diante de uma mega transformação a partir da ampliação de usos das redes eletrônicas, mais precisamente a Internet. Sua adoção, veloz e indiscriminada por pessoas e associações de todo o mundo, reflete-se em todos os segmentos e instituições sociais transforma a maneira de pensar, de sentir e de agir socialmente.

A discussão sobre os impactos políticos e jurídicos das redes na prática social tem suscitado um número razoável de questões. Problemas ligados a democratização do acesso ao monopólio das codificações e ao determinismo tecnológico; ao uso de códigos criptográficos como medida de segurança à conveniência de seu uso comercial e científico ampliado discussões sobre a propriedade intelectual do que é veiculado neste ambiente; o espaço da rede como esfera pública; a descentralização; a anarquia; questões de gênero e etnicidade, entre outras, apresentam-se freqüentemente nas discussões e mostram a necessidade de se olhar este novo espaço social de forma original.

Na realidade, a rede de conhecimento do COINTA já existe, só que de forma desarticulada, pois as informações a respeito das ações desenvolvidas não estão dispostas em uma mídia específica, o que gera a dificuldade de se estar disponibilizando essas informações para todos os municípios que o compõem, o que só é feito com a mídia espontânea, quando a matéria veiculada é paga. Como os municípios não dispõem de recursos para estarem pagando a divulgação das ações através de matérias em jornais, revistas, televisão, entre outros, essa parte fica estacionada, gerando a dificuldade na disponibilização das informações.

A compreensão geral das funções das redes existentes na Internet é a de que elas complementam e expandem as funções institucionais tradicionais existentes na sociedade. Com a Internet, novas forças de participação e apresentação da opinião dos cidadãos sobre qualquer coisa podem ser obtidas a qualquer momento, em *tempo real*, ou seja, imediatamente. Essa capacidade das redes altera as funções institucionais e representativas e cria uma outra lógica de agir política baseada na participação coletiva. Para Pôster, refletir sobre a relação entre a Internet e a democracia é desafiar nossas percepções teóricas e conceitos anteriormente adquiridos no que concerne a essas questões.

Para a compreensão das implicações políticas da Internet, a dificuldade principal está na ausência de uma teoria política consistente e adequada ao momento tecnológico que se está vivendo. Uma teoria que possa também refletir sobre o fenômeno das redes e da Internet, com a própria forma vigente de democracia, a norma política dominante no atual estágio de viver socialmente.

A mágica das *redes* e da Internet, em particular, é de que ela coloca atos culturais, simbolizações de todas as formas nas mãos de seus participantes. Isso radicalmente descentraliza as posições dos oradores, do público, aos cineastas, das redes de rádio e TV como aparelhos de produção cultural. É o próprio cidadão, o ator em meio ao ato político. Através das *redes*, ele pode informar-se, posicionar-se e decidir a partir de suas próprias convicções e interesses. Pode também manifestar seu descontentamento e repúdio, definir novos encaminhamentos e tomadas de decisões, consultar e ser consultado.

Organizados em grupos, novas formas de comunidades virtuais e associações orientadas para fins específicos, os cidadãos vivem nas redes, formas ativas e participantes de uma outra ação política intensa. Essa tendência à participação concreta e atuante observada nas comunidades virtuais, cria novas formas de ação política que podem ser incorporadas como práticas ao modelo de projeto político mais adequado aos novos

tempos. A vulgarização tecnológica das redes a partir da fusão tecnológica entre computador e televisão e pela própria facilitação do acesso à Internet, através de pontos públicos em instituições, bibliotecas, escolas e outros espaços sociais parece apontar, em termos de projeto político para a criação do que Poster chama de *cyberdemocracy*. Uma forma politicamente democrática e plena em que todos participam ativamente e opinam, imediatamente sobre definições e decisões políticas globais.

Uma lógica que se reflete no plano individual de compreensão, sensibilização, percepção e ação de cada pessoa, e, no plano coletivo, na forma social como se interage, relaciona-se e organiza-se.

O universo de interações entre as memórias e os conhecimentos, existentes tanto nas redes eletrônicas como nos homens, permanentemente em comunicação, encaminha a reflexão para a existência de uma nova lógica de compreensão do mundo, de apropriação das informações e de participação nas redes.

O modo de desenvolvimento tecnológico, portanto, rompe com a sobre-determinação do modo de produção capitalista, mas mantém com ele interações complexas e significativas que influenciam a dinâmica da sociedade contemporânea.

A velocidade apresentada na relação cíclica entre informação —inovação—, nova tecnologia, presente na *lógica das redes*, influencia a mudança nas organizações, flexibiliza as hierarquias internas e altera os sistemas de competição e cooperação. No campo empresarial, nota-se a rapidez com que as empresas se aglutinam e se deslocam em consórcios generalizados, de acordo com interesses específicos de cada momento e em cada lugar. As condições de trabalho também se alteram. A linha de produção em massa dá lugar à individualização do trabalho, à flexibilização do emprego, à movimentação dos perfis profissionais.

O espaço globalizado das redes não se constitui também como totalidade indiferenciada. Nele funcionam uma diversidade de elementos (redes ou nós) conectados e que compreendem as redes privadas (redes locais e Intranets) as semipúblicas redes fechadas como as redes bancárias; e as redes públicas, abertas à Internet. Esse espaço do fluxo é constituído pela conexão e integração entre todas as redes que se remetem, através de *links* umas às outras incessantemente, embora mantenham sua independência e individualidade. É também constituído e determinado pela sua formatação técnica (o *hardware*), a infra-estrutura da rede pela sua definição geográfica, pela topologia do seu

espaço formado por *nós* e ‘*hubs*’; e pela sua organização social, definida pelos seus usuários.

O espaço de fluxo na rede não obedece a coordenadas de tempo, espaço ou organização social estruturada e definida. Seu tempo é o do momento da exposição e pode ser conectado com o passado ou o futuro: seu espaço é reconfigurado a todo instante, de acordo com a perspectiva e os objetivos de seus usuários e pode variar entre a distância zero (nas simulações intracorporais, por exemplo) até o infinito. No espaço de fluxo das redes circulam basicamente *informações* que podem ser conectadas como se apresentam, mixadas recortadas combinadas, ampliadas, fundidas de acordo com os interesses e as necessidades de quem as acesse. Além disso, esse novo espaço pode ligar-se ao espaço físico, estabelecendo as mais variadas e amplas recombinações (realidade virtual, por exemplo).

O espaço de fluxo expressa a lógica social dominante na *sociedade das redes*. Ele influí no comportamento das pessoas e das organizações que se esforçam para acompanhar a flexibilidade e a velocidade das suas alterações e movimentos. No entanto, essas pessoas vivem no mundo físico, o *espaço dos lugares*, e não conseguem garantir às suas vidas as características do espaço de fluxo, embora tentem.

A globalização e a indiferenciação das informações apresentadas nas redes — sem estruturas legitimadas de conhecimentos em que estejam *ancoradas* (como ocorre tradicionalmente no pensamento clássico, segmentados em estruturas do tipo *árvore*)—, exigem dos usuários o fortalecimento de suas identidades, do *self* (CASTELLS *apud* STALDER, 1988) individual ou grupal (identificações regionais ou vinculadas aos atributos e anseios de movimentos de minorias).

Acostumadas a se definirem e compreenderem o mundo de acordo com um sistema de valores em que as regras estavam, de certa forma, estabelecidas, as pessoas sentem-se ansiosas diante da excessiva movimentação, da flexibilidade, das mudanças e de muitas outras características do novo espaço apresentado pelas redes. Há necessidade, portanto, de novas lógicas e novos códigos para se poder conviver em harmonia com os dois espaços —o vivencial concreto e o das interações nas redes—, e seus fluxos diferenciados.

O desafio que a lógica das redes apresenta, no estágio atual da sociedade, na informação é o de se conseguir identificar e fortalecer as próprias convicções pessoais, as

identidades alternativas e, ao mesmo tempo precisar agir de forma globalizada de acerto com os padrões clássicos e os valores tradicionalmente estabelecidos pelas instituições da sociedade civil.

Conclui-se que o consórcio constitui-se por meio da integração e cooperação entre os municípios participantes e que a rede de conhecimento facilitaria a construção do capital social. Os intercâmbios baseados em pilares de reciprocidade e confiança, aceleram e melhoram a aprendizagem de todos os participantes e levam à uma grande variedade de conhecimentos, com sentido dinâmico. As características das redes de conhecimento incluem compromisso com a prática participativa, uma estrutura de manejo, normas claramente definidas, objetivos e regras, compromisso dos membros e suficiente recursos humanos e financeiros.

A rede de conhecimento é um mecanismo de intercâmbio social, baseado na transparência, na confiança, na participação e na cooperação, que promove o intercâmbio de informações. Como já foi dito, a rede de conhecimento do COINTA já existe, só que de forma desarticulada. Para solucionar esse problema, sugere-se a construção de uma rede de conhecimento, através da Internet, com a construção de um site, que traria a disponibilização das informações acerca das ações desenvolvidas mais rapidamente, possibilitando a transparência, a participação democrática e a geração de um conhecimento virtual disponível para auxiliar o desenvolvimento local sustentável.

## **REFERÊNCIAS**

ÁVILA, Vicente Fidélis de (org.). **Formação educacional em desenvolvimento local:** relato de estudo em grupo e análise de conceitos. Campo Grande – MS: UCDB, 2000.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** Lisboa: Edições 70, 1977.

BORGES, Maria Alice Guimarães. A compreensão da sociedade da informação. **Ciência da Informação.** Brasília, v. 29, n. 3, p. 25-32, set/dez, 2000. Disponível em [www.ucdb.br](http://www.ucdb.br), acesso em 25 maio 2003.

BRASIL                  FOLCLORE.                  **Catira.**                  Disponível                  em:  
<http://www.brasilfolclore.hpg.ig.com.br/catira.htm>, acesso em 2003.

CASTELLS, Manuel. **The information age:** economy, society and culture. Oxford, UK: Blackwell, 1998. v. 3 The end of millennium.

CASTELLS, Manuel. **As sociedades em rede.** São Paulo: Paz e Terra, 2000.

COINTA – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA BACIA DO RIO TAQUARI. Plano de Ação. Coxim – MS: Cointa, 1997.

COINTA – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA BACIA DO RIO TAQUARI. Relatório de Atividades II. Coxim – MS: Cointa, set./dez., 1997.

CONEXÃO-MS. **Artesanato gera trabalho e renda para comunidades.** Ano 2, n. 13, Campo Grande – MS, 2003.

DOWBOR, Ladislau. **O que é Poder Local.** Disponível em [www.dowbor.org.br](http://www.dowbor.org.br). Acesso em 15 maio 2003.

DURSTON, John. Construyendo capital social comunitario. **Revista de La Cepal 69.** Disponível em [www.ucdb.br/mdlocal](http://www.ucdb.br/mdlocal). Cedido por Sérgio Martins.

FRANCO, Augusto. **O desenvolvimento local e o mito do papel determinante da economia.** Disponível em [www.....](http://www.....), acesso em

FRANCO, Marcelo. **Redes e conhecimento.** Disponível em [www.ucdb.br/mdlocal](http://www.ucdb.br/mdlocal), acesso em 17 jul 2002.

FRANTZ, Walter. **Desenvolvimento local, associativismo e cooperação.** Conferência pronunciada no Simpósio Internacional de Gestão Pública, Desenvolvimento e Cidadania. UNIJUI, Ijuí/RS, em 13 de novembro de 2002. Disponível em <http://ipd.unijui.tche.br/simposio/texto1WFrantz.doc>, acesso em 25 agosto 2003.

IBGE. Dados do Censo 2000. Disponível em [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br), acesso em 05 mai 2003.

JARA, Carlos Júlio. **Capital Social e Desenvolvimento Local Sustentável.** Disponível em [www.ucdb.br/mdlocal](http://www.ucdb.br/mdlocal). Cedido por Sérgio Martins.

KILKSBERG, B. Capital Social y cultura, claves esenciales del desarrollo. **Revista de La Cepal**, 1999. Disponível em [www.ucdb.br](http://www.ucdb.br), acesso em 25 maio 2003.

LE BOURLEGAT, Cleonice Alexandre. **O território e seu processo de construção.** Disciplina ministrada no curso de Desenvolvimento Local entre 30/09 a 1, 2, 3/10/2002.

LE BOURLEGAT, Cleonice Alexandre. Ordem local como força interna de desenvolvimento. **Interações**. Vol. 1, N. 1, p. 13-20, set. 2000.

LEVY, Pierre. **O que é virtual.** São Paulo: Editora34, 2001.

MACHADO, Mônica S. **Geografia e epistemologia:** um passeio pelos conceitos de espaço, território e territorialidade. Disponível em [www.ucdb.br](http://www.ucdb.br), acesso em 25 maio 2003.

MARIETTO, Maria das Graças Bruno. Sociedade da Informação e Geografia do Ciberespaço. **Revista Interações**. Vol. 2. Nº 3, p. 29-36, set. 2001.

MARTIN, J. Cárpio. **El Desarrollo Local**, clave para promoción del desarrollo. Madrid, 1996. Disponível em [www.ucdb.br](http://www.ucdb.br), acesso em 25 maio 2003.

MARTINS, Sérgio Ricardo Oliveira. Desenvolvimento local: questões conceituais e metodológicas. **Revista Interações**. Vol. 3. Nº 5, p. 51-59, set. 2002.

MARTINS, Sérgio Ricardo Oliveira. **Mundo da Fumaça:** A vida e o trabalho dos carvoeiros em Ribas do Rio Pardo - MS. São Paulo: FFLCH-USP, 2000. (Tese de doutorado).

MASUDA, Yoneji. La sociedad informatizada como sociedad postindustrial. **Anthropos, Revista de Documentación Científica de la Cultura**. Barcelona n. 164. p. 54-60, 1995.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Municipal Brasileiro**. 3a ed. São Paulo: RT, 1977

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org). **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. São Paulo: Atlas, 2002.

MOURA, Suzana. **A gestão do desenvolvimento local: estratégias e possibilidades de financiamento.** Disponível em [www.ufba.br](http://www.ufba.br), acesso em 12 set 2003.

OLIVEIRA, Sérgio Ostetto. Desenvolvimento local e organização sócio-espacial. **Revista Interações**. Vol. 4. Nº 6, p. 47-53, mar. 2003.

PERUZZO, C. M. K. **Sociedade da informação no Brasil:** desafio de tornar a internet de todos para todos. Colocar e-mail.

PINHO, Diva Benevides. **O pensamento cooperativo e o cooperativismo brasileiro.** Manual do Cooperativismo. Vol. 1. São Paulo: CNPq, 1992.

PÔSTER, Mark. **CyberDemocracy:** Internet and the public sphere. Disponível em [www.hnet.uci.edu/mposter/writings/democ.html](http://www.hnet.uci.edu/mposter/writings/democ.html), Acesso em 2003.

SÁNCHEZ GAMBOA, S. Revolução informacional: pontos de vista para o debate sobre a sociedade da informação. **Transinformação.** Campinas, v. 9, n. 1, p. 32-42, jan./abr. 1997.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão.** São Paulo: Hucitec, 1987.

SANTOS, Milton. **Por uma outra Globalização:** Do pensamento único à consciência universal. São Paulo: Record, 2000.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo:** globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Hucitec, 1994.

SOUZA FILHO, Jorge Renato. **Desenvolvimento Regional Endógeno, Capital Social e Cooperação.** Disponível em [www.ufrgs.br](http://www.ufrgs.br), acesso em 25 maio 2003.

STALDER, Felix. The logic of networks: social landscapes *vis-à-vis* the space of flows. **CTHEORY: Theory, Technology and Culture.** Concórdia, CA, v 21. nº 1-2. 1998 (Review 46).

TOFLER, Alvin; TOFLER, Heidi. Ensinar o século 21. **Folha de S. Paulo.** São Paulo. 8 mar. 1998, Caderno Mais!.

TUAN, Yi Fu. **Geografia Humanística.** Anais da Associação de Geógrafos Americanos, junho 1976, tradução de Maria Helena Queiroz.

ZABALA, R Busom, LÓPEZ, J. J. Sánchez. De la política a la inteligencia social. **Anthropos, Revista de Documentación Científica de la Cultura.** Barcelona, n. 164, p 20-32, 1995.

ZAPATA, Tânia. Desenvolvimento local: referências conceituais. **Revista SEBRAE,** nº 8, 2003. Documento cedido pelo professor Sérgio Martins.